



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

CAMPUS ERECHIM

CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

SABRINA MULLER

**O OLHAR FOTOGRÁFICO NA MORFOGÊNESE DO ESPAÇO URBANO DE
GAURAMA (1910-2017)**

ERECHIM

2021

SABRINA MULLER

**O OLHAR FOTOGRÁFICO NA MORFOGÊNESE DO ESPAÇO URBANO DE
GAURAMA (1910-2017)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do grau de Licenciada em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Isabel Rosa Gritti

ERECHIM

2021

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Muller, Sabrina O Olhar Fotográfico na Morfogênese do Espaço Urbano de Gaurama (1910-2017) / Sabrina Muller. -- 2021. 84 f.:il.

Orientadora: Doutora Isabel Rosa Gritti

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em História, Erechim, RS, 2021.

1. Morfogênese Urbana. 2. Fotografia. 3. Barro/Gaurama. I. , Isabel Rosa Gritti, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

SABRINA MULLER

**O OLHAR FOTOGRÁFICO NA MORFOGÊNESE DO ESPAÇO URBANO DE
GAURAMA (1910-2017)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do grau de Licenciada em História.

Este trabalho de conclusão foi defendido e aprovado pela banca em:

30/01/2020

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Isabel Rosa Gritti – UFFS

Orientador (a)

Prof^a. M.a. Gladis Helena Wolff – UPF

Avaliador (a)

Prof^a. Dr^a Marcela Alvares Maciel – UFFS

Avaliador (a)

Para Juraci e Adelar. Pais dedicados e amorosos.

AGRADECIMENTOS

Toda jornada inicia com um sabor acre do desconhecido e termina com um suspiro deleitoso de dever cumprido.

Ao fim da minha primeira grande empreitada acadêmica, iniciada em 2016, gostaria de agradecer em primeiro lugar a Deus e meus pais Adelar e Juraci que sempre acompanharam minha vida intelectual e nunca mediram esforços para tornar minha jornada acadêmica mais leve. Agradeço também meus avós Melania e Ervino Jablonski que auxiliaram esta pesquisa com valiosas informações.

Não menos importante, presto meus mais sinceros agradecimentos a Prof.^a Dr.^a. Isabel Rosa Gritti, sábia orientadora, incentivadora e amiga que tive a imensa satisfação em conhecer ao longo da graduação. Foram inúmeros encontros e reuniões no intento de contribuir com este projeto. Muito obrigada pela confiança depositada. Estendo estes agradecimentos a toda comissão pesquisadora do Museu Municipal Irmã Celina Schardong, sempre abertos ao diálogo e à constante troca de conhecimentos. Agradeço infinitamente ao colegiado de graduação Prof. Dr. Gérson Fraga, Prof. Dr. Gérson Severo, Prof. Dr. Paulo Bittencourt, Prof. Dr. Fábio Francisco Feltrin de Souza, Prof.^a Dr.^a. Caroline Rippe de Melo Klein e Prof.^a Dr.^a. Débora Clasen de Paula (e a todos os demais professores, não menos importantes, que posso eventualmente ter esquecido de mencionar).

“O que a Fotografia reproduz ao infinito só ocorreu uma vez: ela repete mecanicamente o que nunca mais poderá repetir-se existencialmente” (BARTHES, 1980, p. 13).

RESUMO

A pesquisa analisa a evolução do espaço urbano do atual município de Gaurama através de registros fotográficos de 1910 (início da colonização) até o ano de 2017 quando ocorre a última ampliação do recinto urbano na cidade. Além disso, a fim de dar fôlego teórico ao estudo, busca-se delinear alguns aspectos conceituais sobre morfologia urbana e o que é uma área urbana. Não menos importante é entender a formação da fotografia e de que modo a utilizar como instrumento de pesquisa. Ao longo dos três capítulos, a pesquisa revela a influência que aspectos econômicos pautados na extração madeireira e implantação industrial promovem no expansionismo urbano. Além disso, demonstra quanto a administração local, promovida por meio da emancipação, contribuiu para o desenvolvimento dos elementos que compõe a forma urbana.

Palavras-chave: Evolução Urbana. Fotografia. Cidade. Povoado.

ABSTRACT

The research analyzes the evolution of the urban space of the current municipality of Gaurama through photographic records from 1910 (beginning of colonization) until the year 2017 when the last expansion of the urban area in the city occurs. In addition, in order to give theoretical impetus to the study, it seeks to outline some conceptual aspects about urban morphology and what an urban area is. No less important is to understand the formation of photography and how to use it as a research tool. Throughout the three chapters, the research reveals the influence that economic aspects based on logging and industrial implantation promote in urban expansionism. In addition, it demonstrates how much local administration, promoted through emancipation, contributes to the development of the elements that make up the urban form.

Keywords: Urban Evolution. Photography. City. People.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Disposição das ruas em bairros operários.....	33
Mapa 2 – Cartografia da década de 1930. Terras da Colonizadora Luce Rosa & Cia Ltda.....	47
Mapa 3 – Tendência de Ocupação e Expansão em Barro. Em verde, a primeira área de ocupação, 1910-1919.....	48
Mapa 4 – Tendência de Ocupação e Expansão em Barro. Em alaranjado, a segunda área de ocupação, 1919-1930.....	51
Mapa 5 – Traçado da área urbana de Barro em 1938. Em vermelho, destaque para as construções em alvenaria; em verde edifícios de madeira.....	59
Mapa 6 – Tendência de Ocupação e Expansão em Gaurama. Em azul, a terceira área de ocupação, 1930-1950.....	60
Mapa 7 – Tendência de Ocupação e Expansão em Gaurama. Em amarelo, a quarta área de ocupação 1950-1980.....	66
Mapa 8 – Tendência de Ocupação e Expansão em Gaurama. Em roxo, a quinta área de ocupação 1980-2000.....	71
Mapa 9 – Tendência de Ocupação e Expansão em Gaurama. Em rosa, a sexta área de ocupação 2000-2017.....	75
Mapa 10 – Tendência de expansão urbana em Barro/Gaurama (1910-2017) de acordo com as fotografias utilizadas na pesquisa.....	78

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Vista do povoado Barro. No lado esquerdo, estação ferroviária, 1913.....	45
Fotografia 2 – Panorama da estrada que cruzava as terras da Companhia Colonizadora Luce, Rosa. “Transporte dos Colonos”. Década de 1910.....	46
Fotografia 3 – Vista do povoado Barro. A direita, estação férrea, 1920.....	49
Fotografia 4 – Vista do povoado Barro com destaque ao crescimento imobiliário e ao desmatamento, 1930.....	49
Fotografia 5 – Quadro da estação e depósito de madeira. Ao fundo, Igreja Matriz. Década de 1930.....	52
Fotografia 6 – Rua José Bonifácio e Casa Comercial Lunardi. Final da década de 1930	53
Fotografia 7 – Vista da Sociedade de Productos Barrense. No centro antiga estrada de acesso à Erechim. Década de 1930.....	56
Fotografia 8 – Em alvenaria: casa comercial dos Cereais Ouro Preto. Fotografia da década de 1940.....	57
Fotografia 9 – Casa de João Vendrúsculo. Fotografia da década de 1940.....	58
Fotografia 10 – Vista parcial da praça em frente à Igreja Matriz São Luiz Gonzaga, e rua Dr. Mayer. Década de 1940.....	58
Fotografia 11 – Carreata de Comemoração a Vitória da Emancipação. Rua Dr. Mayer, 1953.....	63
Fotografia 12 – Abertura de valas para Canalização de Água, 1967.....	64
Fotografia 13 – Rua José Bonifácio. Dia de Inverno na Década de 1960.....	65
Fotografia 14 – Rua José Bonifácio Pavimentada. Década de 1970.....	65
Fotografia 15 – Imagem aérea da área central de Gaurama. Ênfase para as ruas de terra. Década de 1980.....	67
Fotografia 16 – Imagem aérea da área central de Gaurama. Destaque para a rua pavimentada em frente à prefeitura. Década de 1980.....	68

Fotografia 17 – Loteamento Popular no Bairro Ipiranga, 1965.....	69
Fotografia 18 – Desfile Cívico de Sete de Setembro; largo da prefeitura, 2000.....	70
Fotografia 19 – Imagem aérea de Gaurama, 1987.....	73
Fotografia 20 – Imagem aérea da área urbana de Gaurama, 2011.....	73

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Sócios da Sociedade de Productos Suínos Barrense e suas respectivas ocupações.....	55
Quadro 2 – Direção Executiva da Pré-Campanha de Emancipação.....	61
Quadro 3 – Ocupações nos setores de trabalhos ligados ao agrário e urbano, Gaurama (2000-2010)	74

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Cotação do Valor dos Lotes Urbanos e Chácaras de 1955 a 1966.....63

Tabela 2 – População Residente nas Áreas Rural e Urbana de Gaurama/RS (1980-2010)
.....72

LISTA DE SIGLAS

EFSPRG Estrada Férrea São Paulo Rio Grande

ICA Jewish Colonization Association

RFSA Rede Ferroviária Federal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 A FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO HISTÓRICO	19
2.1 FOTOGRAFIA E SOCIEDADE: DA GÊNESE AO USO POPULAR	19
2.2 UMA PERSPECTIVA TEÓRICA DA FOTOGRAFIA: MIMESE, TRANSFORMAÇÃO DO REAL E ÍNDICE	21
2.3 FOTOGRAFIA E HISTÓRIA.....	25
2.4 FOTOGRAFIA, MEMÓRIA E CONSERVAÇÃO	29
3 INDUSTRIALIZAÇÃO, URBE E MORFOLOGIA URBANA	30
3.1 O URBANO INDUSTRIAL	30
3.2 COMO SE FORMA, ENTÃO, A CIDADE?.....	38
4 URBANIZAÇÃO DE BARRO/GAURAMA: UM OLHAR FOTOGRÁFICO.....	44
4.1 URBANO PRETÉRITO (1910-1919)	44
4.2 INVESTIMENTOS DE CARÁTER PRIVADO EM UM URBANO DELIMITADO (1919-1930).....	48
4.3 DISTRITO BARRO: EXTRATIVISMO MADEIREIRO E COOPERATIVISMO (1930-1950).....	51
4.4 A CIDADE E A EMANCIPAÇÃO (1950-1980).....	61
4.5 GAURAMA: PROJETOS RESIDENCIAIS E DE MANUTENÇÃO DE ESTRADAS (1980-2000).....	66
4.6 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E EXPANSÃO URBANA (2000-2017).....	71
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
REFERÊNCIAS	80

1 INTRODUÇÃO

Espaço, “lugar mais ou menos delimitado, cuja área pode conter alguma coisa” (AURÉLIO, 2001, p. 38). Nele existem elementos materiais e imateriais que podem ser produzidos pela natureza ou pela ação dos homens. Quanto mais habitado e próximo da Revolução Industrial, mais o espaço é modificado e composto por elementos artificiais.

Foi no século XIX que as grandes cidades europeias tiveram uma explosão demográfica e o uso do espaço se tornou um grande problema para os governos, sendo esse período a *zona crítica da urbanização*. Flora Tristán (1840), Friederich Engels (1845) e Charles Dickens (2014), foram alguns intelectuais contemporâneos da época que denunciaram a extrema precariedade urbana das cidades industriais em relatos de viagem ou romances.

O adensamento demográfico gerou uma aglomeração de pessoas pobres em determinadas áreas das cidades - os *faubourgs* – que geralmente eram espaços violentos onde os indivíduos se acumulavam aos montes e dividiam o recinto com animais; também um local onde a fome era presente o tempo todo e os dejetos faziam parte constante do ambiente. Foram nessas áreas que as doenças se desenvolveram e se expandiram pelo resto da cidade, provocando surtos de cólera na França e em Londres, e milhares de mortes.

O alto nível patológico em circulação nas áreas urbanas suscitou a necessidade emergente em remodelar os espaços. Paris foi a cidade que mais teve seu traçado urbano alterado através das propostas de Georges-Eugène Haussmann (barão e prefeito da cidade na época). Dentre as reformas estava a expansão das avenidas; implementação de canais de abastecimento de água; e arborização das vias de circulação. As mudanças acabaram melhorando o tráfego e salubridade das ruas, mas causaram a demolição de parcelas centrais da cidade provocando a remoção de centenas de pessoas pobres que habitavam aquelas áreas.

Circunstância semelhante ocorreu com o Rio de Janeiro no início do século XX no então mandato do prefeito Francisco Pereira Passos. O centro da cidade, primeiro recinto a ser povoado, abrigava vários cortiços, postos abaixo para a construção da Avenida Central.

Como é possível perceber, o local em que vivemos, as ruas que caminhamos diariamente e as praças que descansamos sob o sol não são obras da natureza que brotaram tal qual são. O urbano é o espaço, e ele é construído pelo homem (LEFEBVRE, 2006); portanto todos seus elementos constitutivos (edifícios, ruas, iluminação, etc.) são constantemente reformulados geração após geração.

Gaurama, por exemplo, município localizado na mesorregião Noroeste Rio-Grandense, distante 389 km de Porto Alegre, capital do estado, nem sempre foi a cidade de 5.897 habitantes

(IBGE, 2016). Seu perímetro de 204,149 km² também foi algo modificado desde a origem de Gaurama.

Mas de que origem estamos falando? Pois bem, o município nasceu politicamente com o nome de Barro 5º Distrito da Colônia Erechim, em 1919. Até dezembro de 1954 foi dependente da administração da Sede (Erechim). Seu povoamento, entretanto, iniciou por volta de 1910 quando a Rede Ferroviária Federal (RFFSA) estava sendo construída.

Ao longo desses 110 anos de ocupação do espaço muito se fez e desfez dentro do município. Nesse sentido, o objetivo geral dessa pesquisa é investigar o desenvolvimento urbano do povoado de Barro até 2017, ano que ocorre a última anexação terrena a área urbana.

Ainda que seja uma pequena cidade interiorana e nunca tenha tido um projeto de remodelação urbana, Gaurama, pode ter passado por um processo de recharacterização do espaço. Isso significa que ao longo do século XX ela pode, por exemplo, ter tido vários estilos arquitetônicos, assim como ruas remodeladas. Mas como acompanhar essas mudanças?

Bem, tanto no caso de Paris quanto do Rio de Janeiro se não fosse pela ação de fotógrafos, não seria possível ter uma visão de como eram as áreas reformadas. No primeiro caso, Charles Marville foi quem registrou fotografias dos bairros parisienses antes das demolições. Já no segundo cenário, Alberto de Sampaio foi um dos principais fotógrafos a capturar as reformas nas áreas centrais carioca (PEREIRA, 2016).

Congelado dentro de um ato físico-químico combinado, mais do que registrar edifícios aglomerados, desfiles cívicos, ou uma rua enlameada, a fotografia revela por trás da semiologia uma história cultural, econômica ou política; e é ela a nossa principal fonte de informação e análise nesta pesquisa.

A maior parte dos registros fotográficos usados foram disponibilizados no acervo iconográfico do Museu Municipal Irmã Celina Schardong de Gaurama, do qual nos pautamos nas pastas referentes as vistas urbanas. Outras imagens foram coletadas em arquivos pessoais.

Dentro dessas alíneas, montamos os nossos objetivos específicos de trabalho em torno do levantamento dos aspectos teóricos no que tange o uso da fotografia como fonte de pesquisa; o estudo dos conceitos sobre espaço urbano; a coleta, seleção e análise de fotografias que registram a área urbana de Barro/Gaurama; comparação entre as fotografias selecionadas, buscando observar nelas diferenciações na expansão urbana, arquitetura ou no caráter de uso dos espaços (comércio, residência, hotelaria, indústria, escola, hospital, etc.); e sondagem do(s) potencial(ais) elemento(s) que podem estar associados ao desenvolvimento da centralidade e urbanização.

A fim de inteirar as referidas metas, o estudo foi dividido em três capítulos. No primeiro realizamos uma investigação sobre o surgimento da fotografia enquanto invento técnico-científico; e procuramos dar ênfase para o uso da fotografia como documento histórico e fonte de pesquisa. No segundo capítulo abordamos os conceitos de espaço e tratamos das propriedades físicas e funcionais da cidade desde a Idade Média até a industrialização. No terceiro e último capítulo examinamos as fotografias e, a partir do que assimilamos delas, traçamos o desenvolvimento urbano/central do município; dividimos este tópico em seis seções, cada uma dando conta de um período de transição político-econômica com influência no traçado urbano. São as seções: Urbano Pretérito (1910-1919); O Urbano Declarado (1919-1930); Distrito Barro/Gaurama: extrativismo madeireiro e cooperativismo (1930-1950); A Cidade e a Emancipação (1950-1980); Gaurama: projetos residenciais e manutenção de vias públicas (1980 – 2000); Desenvolvimento Industrial e Expansão Urbana (2000-2017).

2 A FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO HISTÓRICO

Tenho diante dos olhos uma série de gravuras de modas [...]. Esses trajes que provocam o riso de muitas pessoas insensatas, essas pessoas sérias sem verdadeira seriedade apresentam um fascínio de dupla natureza, ou seja, artístico e histórico (BAUDELAIRE, 1996, p. 7).

2.1 FOTOGRAFIA E SOCIEDADE: DA GÊNESE AO USO POPULAR

O que é a fotografia? A química combinada com a física? Ou a incidência natural da luz solar sobre os objetos detendo-os no tempo e espaço? Quais sujeitos e que sociedade foi responsável pela fotografia? E que fotografia esboça esses sujeitos? Bem, são inúmeras as perguntas que surgem em torno desse invento secular. E são mais numerosas ainda as respostas que podemos encontrar para essas inquições. De certo, registrar o mundo é uma velha ânsia revolvida dentro dos humanos que remonta a antiguidade. Contudo a materialidade da fotografia se deu na Revolução Industrial entre os séculos XVII e XIX.

A Revolução Industrial marcou a substituição da produção artesanal pela introdução das máquinas. Nesse processo a forma braçal se tornou obsoleta e os Estados Nação em regime de industrialização passaram a demandar outra energia motriz para o funcionamento das indústrias e dos meios de transporte. A Grã-Bretanha investiu na exploração dos minérios, onde “o uso de carvão mineral como combustível - em virtude da escassez de madeira – passa a ter um papel relevante no desenvolvimento da industrialização [...]”. Além disso, “a indústria do ferro e dos produtos químicos se vê estimulada [...]” (KOSSOY, 2006, p. 110).

A França, que era o segundo Estado com a industrialização mais acelerada, diante do Bloqueio Continental imposto por Napoleão Bonaparte, se viu obrigada a desenvolver a indústria química que até então era compartilhada pela Grã-Bretanha (KOSSOY, 2006). Esse desenvolvimento mecânico contribuiu para o surgimento das primeiras experiências de apreensão da imagem. O primeiro instrumento utilizado para captar a luz solar transformando-a em imagem foi a câmera obscura. No princípio de sua invenção, ela se assemelhava a um cômodo fixo e obscuro com um orifício no centro onde penetravam os raios solares que resultariam em imagens ofuscadas. A fim de facilitar o transporte do instrumento, já na segunda década do século XVII, ainda que em caráter provisório, Johannes Kepler utilizou uma instalação móvel. Segundo Boris Kossoy (2006, p.116) a câmera obscura foi utilizada como meio de retratar “vistas da natureza, arquitetura e outros temas já [...] extensivamente disseminado entre os artistas e viajantes dos séculos XVII e XVIII”.

No século XVIII foi a química que marcou o desenvolvimento das práticas de fixação de imagens através de experimentos com sais de prata e amônia. Do início de 1800, a partir de

pesquisas ‘malsucedidas’ de Thomas Wedgwood, até o primeiro teste técnico químico que tornou permanente a imagem gravada, se passaram cerca de vinte anos. Foi em 1822 após várias tentativas que Joseph Nicéphore Niepce conseguiu estabilizar e conservar uma imagem capturada pela câmera obscura utilizando produtos químicos e uma placa de vidro, cujo método ficou conhecido por heliografia (KOSSOY, 2006).

Apesar de o procedimento de Niepce ter surtido efeitos positivos, o tempo que ele precisava utilizar no processo de revelação da imagem era consideravelmente longo. Diante disso, se estabeleceu um contato entre ele e Louis Jacques Mandré Daguerre. Após vários experimentos, em 1835, Daguerre descobre que o vapor de mercúrio diminuía consideravelmente o tempo de exposição da imagem para sua captura (LIMA, 2007). Em face dessa descoberta, não tardou para que a fotografia (daguerreotipia) fosse apresentada ao mundo em agosto de 1839, no ápice da industrialização europeia.

Quando o invento fotográfico surgiu, os cenários sociais da Europa mesclavam rapidez de produção e crescimento das camadas médias – burguesia. Em resposta a aglomeração humana que se delineava nas cidades passou a circular entre a elite uma necessidade crescente de conquistar distinção social. Um dos meios utilizados foi a fotografia que passou a cristalizar costumes, rostos e sobrenomes nas imagens.

A disseminação da fotografia, entretanto, se deu na necessidade de aumentar e facilitar a circulação de informação. A reprodução de imagens em jornais e revistas ilustradas possibilitou a comunicação em massa sem que, necessariamente, a comunidade fosse alfabetizada. Segundo Boris Kossoy (2001, p. 26) “o mundo tornou-se mais ‘familiar’ após o advento da fotografia [...]” e a partir dela “o homem passou a ter conhecimento mais preciso e amplo de outras realidades que lhe eram [...] transmitidas unicamente pela tradição escrita, verbal e pictórica”.

A aceleração de circulação de informações por meio de imagens criou dois fenômenos: a disseminação e assimilação cultural. A medida que uma fotografia, ou um conjunto delas passou a circular por várias partes do globo carregando e transmitindo valores distintos; ela democratizou a “[...] informação, mudando a percepção do mundo e ampliando as referências de populações que antes dela tinham suas atividades circunscritas ao seu local de moradia e trabalho (LIMA; CARVALHO, 2012, p. 29).

Além disso, a fotografia também proporcionou uma maior facilidade em reproduzir as imagens que até então eram obtidas através da pintura. O ato de registrar um objeto de forma instantânea demonstrou não apenas que a fotografia foi um objeto da burguesia, mas que

consistiu por essência, em uma obra da indústria. A fotografia empreendeu rapidez e nitidez na captura das imagens e apesar da mecanização, ela sempre foi um produto repleto de subjetividades.

Assim como na pintura, a fotografia também foi e continua sendo feita por indivíduos que intervêm sobre o objeto. Esses sujeitos podem maquiar elementos a fim de obter cenas que nem sempre reportam todos os componentes da imagem fielmente à realidade. Esse juízo dentro dos signos fotográficos nem sempre vigorou entre os intelectuais ou não letrados. Da mesma maneira que os experimentos técnicos e químicos foram modificando o instrumento de captura da imagem e seu produto final, a relação entre o caráter funcional da fotografia e a sociedade também se alterou. Podemos separar a história teórica-metodológica da fotografia em três fases que são eventualmente concomitantes: a *fotografia como verdade*, a *fotografia como transformação do real*, e a *fotografia enquanto vestígio do real*.

2.2 UMA PERSPECTIVA TEÓRICA DA FOTOGRAFIA: MIMESE, TRANSFORMAÇÃO DO REAL E ÍNDICE

Ao longo do século XIX e XX o registro fotográfico passou por características e funções teóricas diversificadas, mas não isoladas. De 1839 até meados de 1950, a fotografia possuía um viés de representação fidedigna da realidade. Foram, principalmente as críticas advindas da arte, das quais se destacava Charles Baudelaire (1859), Hippolite Taine, Roger Munier e John Ruskin que atribuíam autenticidade às fotografias. Apesar de críticos, esses intelectuais evidenciavam em seus discursos o caráter factual da fotografia e desejavam, por meio de suas análises, manter nela “[...] a função documental, a referência, o concreto, o conteúdo [...]” (DUBOIS, 1993, p. 32).

Para adentrar nas concepções desses pensadores analisaremos, em especial, o posicionamento de Charles Baudelaire. No escrito *O Público Moderno e a Fotografia*, publicado no salão de 1859, o crítico fazia menção ao fato de que o mundo andava mergulhado em um progresso que avançava na escassez de sensibilidade, mas que transbordava a apreciação pela verdade, o que dificultava o trabalho dos artistas. Em *Sobre a Modernidade: pintor da vida moderna* (1996), Baudelaire aponta dois problemas em relação ao registro artístico da modernidade. O primeiro dizia respeito à dependência referencial que os artistas do século XIX tinham sobre a representação pictórica clássica. Segundo o autor, os pintores tendiam a representar sujeitos e cenários com elementos de outros tempos históricos; o que conferia às

imagens a permanência da moral e da estética de outro período histórico, atribuindo um caráter caricatural aos personagens.

Baudelaire afirmava que a modernidade requeria três características do artista: ser aberto ao mundo; ter espírito alegre; e observar sentido em todas as coisas. Essas eram demandas que caracterizavam um sujeito das minúcias do cotidiano citadino:

[...] a hora em que os outros estão dormindo, ele está curvado sobre sua mesa, lançando sobre uma folha de papel o mesmo olhar que há pouco dirigia às coisas, lutando com seu lápis, sua pena, seu pincel, lançando água do copo até o teto, limpando a penas na camisa, apressado, violento, ativo, como se temesse que as imagens lhe escapassem [...] (BAUDELAIRE, 1996, p. 22-23).

Todos os adjetivos – apressado, violento, ativo - eram respostas à necessidade de fazer um registro rápido, mas artesanal, sem deixar escapar as imagens gravadas na memória que seletivamente acabariam por ser esquecidas.

Diante das demandas modernas da arte e do artista, podemos reter que a fotografia possuía um enquadramento à parte do círculo artístico. Isso devido ao fato de que confrontando a fotografia e a pintura, enquanto a primeira poderia gravar todas as facetas do mundo de forma fidedigna, a segunda era fiel as expressões artísticas. Nas reflexões da época onde a arte era sinônimo da beleza e ela se expressava a partir da emoção contida nos traços, gestos e pincelar dos artistas; a fotografia e ao fotógrafo competia apenas “[...] ser a serva das ciências e das artes, a mais humilde das servas, como a imprensa e a estenografia, que nem criaram e nem suplantaram a literatura” (BAUDELAIRE, 1859, não paginado).

Em síntese, a técnica utilizada na captura da imagem, era a justificativa para a visão cristalizada em torno do aspecto legítimo da figura e o pretexto para mantê-la fora do círculo das artes. O método industrial, químico e automático de registrar e perpetuar um momento, surgido com a daguerreotipia, não dependia de um talento nato do ser humano para acontecer. Ao fotógrafo, portanto, restava uma posição de mero assistente, contrariamente à postura do pintor que era o sujeito principal, o indivíduo que imprimia parte de seu ser em cada traço de tinta. Por efeito da autonomia, exatidão e frieza, ficou incumbido ao registro fotográfico o serviço de instrumento auxiliar para a ciência, enquanto a pintura continuava soberana na arte pura e sentimental. Assim, a fotografia era a representação da verdade.

Já na década de 1860 passaram a surgir discursos apontando as falhas de representatividade contidas nos registros. Por não possuir a capacidade de gravar o cheiro do local ou o som do murmurinho das pessoas, a fotografia era declarada como um recurso falho na representação do real.

Essas denúncias ganharam força no século XX possibilitando várias leituras em torno da desconstrução da imagem, destacando-se duas: *a análise semiótica* e *a pesquisa ideológica*.

Da primeira categoria – análise semiótica – se destacam os estudos de Charles Sanders Peirce, Gunther Kress e Theo Van Leeuwen, Rudolf Arnheim e outros. Esse grupo tende a desmontar a imagem em pedaços desnaturalizando elementos que a tornavam uma representação imaculada de algo. Já no bloco das pesquisas ideológicas se incluem os trabalhos de Pierre Bourdieu, Jean-Luis Baudry e Hunbert Damish. Todos eles trabalham na desestruturação da fotografia a partir do caráter ideológico contido nas imagens. Para Bourdieu

se a fotografia é considerada um registro perfeitamente realista e objetivo do mundo visível é porque lhe foram designados (desde a origem) usos sociais considerados “realistas” e “objetivos”. E, se ela se propôs de imediato com as aparências de uma “linguagem sem código nem sintaxe”, em suma de uma linguagem natural, é antes de mais nada porque a seleção que ela opera no mundo visível é completamente conforme, em sua lógica, à representação do mundo que se impôs na Europa desde o Quatrocento (BOURDIEU, 1965, p.108-109 Apud DUBOIS, 1993, p.40).

Essa nova linha de pensamento, que desfaz a ideia mimética da imagem, defende que a fotografia não pode ser considerada um elemento extensivo da realidade pois além de ser formada através de códigos sobrepostos é omissa à realidade. Dentro da análise ideológica, ainda que a câmera escura tenha possuído um caráter neutro ela condensa uma série de códigos culturais e sociais. A escolha do ângulo e do objeto a ser capturado pode variar segundo as intenções de cada fotógrafo; a imagem pode dar a possibilidade de ser interpretada de diferentes formas segundo cada espectador; o momento ou tempo histórico do qual a imagem foi capturada é influenciada pelos preceitos culturais e sociais de cada época.

Nas análises semióticas são denunciados os lapsos entre a representação e o referente. Rudolf Arnheim, por exemplo, destaca que a fotografia tende a reduzir as escalas de cores; ausentar os sentidos táteis e sonoros; e faz um recorte temporal – espacial de diversas possibilidades de captura (DUBOIS, 1993). Diante disso, ao passo que a realidade é disposta em relevos, a fotografia possibilita a dimensão de uma imagem lisa revelada sobre uma técnica selecionada pelo fotógrafo.

Essas apreciações que, através das análises semióticas e ideológicas, desmantelaram o caráter mimético da fotografia, dividiram espaço com outra linha de pensamento cuja ganhou força, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX: a indicial. E nesse caso a fotografia é “[...] objetivamente uma representação por contiguidade física do signo com seu referente” (SOUZA, 2010, p. 34).

Assim como no caso das análises da fotografia como transformação do real, a posição indicial é estruturada também em dois eixos: o semiótico e o ideológico. Na linha semiótica se destacam os estudos de Peirce e na questão ideológica se enquadram as reflexões de Roland Barthes.

Na *Segunda Tricotomia dos Signos*, Peirce trabalha Ícone, Índice e Símbolo, defendendo que os três são relacionados aos objetos de formas diferentes. Segundo Peirce (2005) o índice é aquilo que atrai a atenção denotando o observável com a ideia, isto é, a consequência com a causa. Além disso, a consequência é apenas um fragmento da causa, ela é um índice (indício).

No que diz respeito à abordagem ideológica, em *A Mensagem Fotográfica*, Roland Barthes defende que a fotografia é conotada, ou seja, possui códigos. Uma vez que a imagem produto é codificada, passa a ser passível de decifração e, é dentro de uma série de ‘planos de análise’ que ele explica a cifração da fotografia.

De acordo com o autor, ainda que a imagem (referente) não possua códigos a figura (produto) é uma mensagem codificada. Isso significa que apesar da fotografia ser o *analogon* da realidade, ela é sempre uma modificação do real. Ao abordar por exemplo os objetos, Barthes afirma que o arranjo deles na cena ou a escolha da captura de determinado utensílio é carregado de intencionalidade, portanto, codificada.

De forma geral, neste texto, Barthes afirma que a conotação da mensagem fotográfica não é natural, mas intencional e, além disso, histórica. Isso dado ao fato de que tanto a manutenção da esfera real (fotografia) quanto a leitura da imagem impressa, possuem além de identidade histórica, também ligação local e cultural.

De modo geral é possível dizer que tanto na análise semiótica quanto na ideológica chega-se a um consenso de que a fotografia é um traço do real pois foi necessário que algo concreto, ainda que selecionado e disposto em frente a câmera, tenha existido. Ou seja, se, por exemplo, em uma imagem está representada a estátua do corcovado do Rio de Janeiro, embora por trás de sua construção e da própria captura existam dezenas de códigos sobrepostos, ainda assim ela é um traço do real, pois o Corcovado não foi inventado apenas para aquela imagem, ele é constantemente real. Portanto, “a fotografia [...] tem a propriedade de atestar que aquilo que foi fotografado existiu e esteve diante do dispositivo fotográfico” (SOUZA, 2010, p. 35). Dessa forma, de acordo com Roland Barthes, (1980, apud SOUZA, 2010, p. 38). “[...] na fotografia jamais posso negar que a coisa esteve ali”, mesmo que sujeita a interpolações estéticas e mentais de determinada época.

2.3 FOTOGRAFIA E HISTÓRIA

Nos estudos historiográficos por muito tempo a tendência foi utilizar fontes escritas. O uso da fotografia como fonte de pesquisa é uma prática recente. Foi, sobretudo, a partir do surgimento da Escola dos *Annales* que diferentes abordagens e novos objetos passaram a compor as discussões acadêmicas e investigações historiográficas.

Se, por muito tempo, dentro da historiografia os documentos escritos foram as únicas fontes confiáveis, a partir de 1970 com a Terceira Geração dos *Annales*, tudo o que é produto social configura fonte de pesquisa. Diante disso, o que atesta o caráter histórico da fotografia são os elementos que a compõe, pois, “as imagens são representações de ideias, sonhos, medos, crenças de uma época. Logo, são elas próprias fontes históricas e, sendo assim, material para análise” (SILVA; SILVA, 2009, p. 198). Uma figura, por exemplo, está inserida dentro de um tempo histórico e contexto social específico, sem os mesmos elementos em outra captura e forma fotográfica (CANABARRO, 2005). A partir dessa nova concepção da história e dos objetos que a constitui, a fotografia deixou de ser um mero complemento do texto escrito, se tornando o objeto principal da investigação.

Ainda que com o surgimento dos *Annales* tenha ocorrido uma reformulação nas abordagens e tratamento de determinadas fontes documentais dentro da historiografia, no que tange o uso da imagem, e mais particularmente da fotografia, ainda há muito o que se fazer. Segundo Ivo Canabarro (2005) a produção fotográfica, desde o invento da câmera obscura foi grande, o que acabou provocando o surgimento de um leque diversificado e amplo de acervos fotográficos mundo afora. Entretanto, em virtude do recente uso desse elemento como objeto de pesquisa, os acervos carecem de catalogação e isso dificulta muito o trabalho dos historiadores. Além desse empecilho, existe, vinculada à fotografia uma ideia de representação da realidade, e esse é o outro grande desafio dos historiadores: fazer uma história da técnica e interpretação desse objeto iconográfico.

Diante disso, existe três canais de construção historiográfica que utiliza a fotografia como objeto de análise e gerador de conhecimento: 1) a História da Fotografia; 2) Teoria e Metodologia da Fotografia; 3) Produção Historiográfica, tendo a fotografia como relator do universo social. Nos três casos a imagem surge igualmente como objeto de pesquisa, entretanto, ela é tratada de forma diferente em cada situação. Se na História da Fotografia é remontada a gênese e evolução dos equipamentos, técnicas, representação e relação com a sociedade, na Teoria e Metodologia Fotográfica são apontados traços e configurações de análise crítica da produção, representação e veiculação da imagem.

No primeiro caso – História e Fotografia – a investigação põe a fotografia no cerne das análises pois a singularidade da fotografia torna a pesquisa mais desafiadora. Apesar disso, a produção bibliográfica é bem ampla, tendo surgido já no século XIX. Ao longo do século XX e nas primeiras décadas do XXI os escritos se expandiram, podendo destacar internacionalmente John Tagg com a obra *The Burden of Representation: essays on photographs and histories* (O Ônus da Representação: ensaios sobre fotografias e histórias) em que o autor se propõe construir uma história da fotografia sem analisar separadamente técnica, introdução econômica ou influência cultural, etc. mas, como um meio de produção social que influencia em processos de regulação social.

Outro estudioso, dessa área foi Beaumont Newhall que iniciou seu contato com a fotografia ao ingressar como bibliotecário no Museu de Arte Moderna de Nova York, no início da década de 1930. Na obra *History of Photography From 1839 to the Present* (História da Fotografia de 1839 até o Presente), publicado pela primeira vez em 2011, Newhall demonstra o quanto a fotografia, desde sua origem, contribuiu com o crescimento das artes visuais. Segundo ele, o conteúdo do livro pretendia montar uma história da fotografia como “[...] médio expressivo más que de uma técnica, y esse medio aparece visto com los ojos de quines a través de los años han luchado para dominarlo, comprenderlo y amoldarlo a su propia visión” (NEWHALL, 2002, p. 07).

O que foi possível perceber, de forma muito rápida, em ambas obras citadas foi o caráter relacional da fotografia com o meio social em que se inseriu. Se, por um lado John Tagg analisou a influência da fotografia nas relações sociais, Newhall mostrou a ingerência dela no ambiente artístico.

O Brasil é um território que dispõe de coleções fotográficas muito amplas. Isso devido ao fato de que já em 1840 o daguerreotipo chegou no país trazido pelo Abade Louis Compte que, prontamente registrando a fachada do Paço e seu entorno, apresentou a novidade inventiva para D. Pedro II. O imperador espontaneamente se interessou pela fotografia, tornando-se o primeiro fotógrafo do Brasil. Além de fazer registros fotográficos, D. Pedro II também encaminhou da Europa notáveis fotógrafos e financiou mostras nacionais. Logo que a invenção adentrou no território nacional e se dilatou dentro da sociedade, ela é assimilada pelas camadas opulentas (nobres) como um entretenimento. Por outro lado, ao passo que ela se tornou um empreendimento da elite acabou se tornando, também, um instrumento de diferenciação social.

Por mais que a fotografia como objeto de pesquisa tenha despertado interesse nos meios científicos, só após a segunda metade do século XX, no Brasil desde a década de 1900 já se

pensava em uma história construída na variedade documental. O primeiro indivíduo que utilizou um leque diversificado de documentações dentro da historiografia foi Afonso Escragno Taunay. Em 1911 o historiador anunciou uma aula inaugural na Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo onde sugeriu instrumentos que facilitariam a escolha e o uso dos documentos históricos nas pesquisas (ARAÚJO, 2006).

Para Taunay o documento era a história e, frente a essa perspectiva, ainda que não tenha sido utilizada por ele, a fotografia se enquadraria tanto como documento histórico quanto as fontes escritas. Até pelo menos a metade do século XX, apesar de ser empregada em trabalhos acadêmicos e pesquisas científicas, a fotografia deveria ser comparada ao conteúdo de evidências escritas e, preferencialmente, operar como elucidação ou complemento dos fragmentos textuais.

Diante de uma grande produção fotográfica em circulação e em acervos, inicia-se a partir de 1930 uma preocupação dos órgãos culturais públicos na conservação das fotografias. Um pouco mais atrasadas começaram a surgir, após 1970, algumas produções bibliográficas destinadas a manutenção dos objetos, ou a exposição cronológica e metódica da história da fotografia no Brasil. A década de 1980, no entanto, lança aos historiadores um novo olhar sobre a fotografia. Trabalhos como a coletânea organizada por Annateresa Fabris (1991) e obras de Alice Brill (1988), por exemplo, passam a trabalhar a história da fotografia dentro de um viés ligado a História Social e História da Arte, respectivamente.

Em relação as obras bibliográficas de cunho Teórico e Metodológico aproximadamente 1/3 são construídas por pesquisadores que já tiveram como fonte de análise a fotografia. Entre esses estudiosos, no Brasil, se destacaram Boris Kossoy que a partir da segunda metade da década de 1970 começou a erigir estudos intercalando a história da fotografia, diretrizes de análise desta fonte de pesquisa, e a fotografia como produção do meio social. Na publicação *Militão Augusto de Azevedo e a Documentação Fotográfica de São Paulo (1862-1887): recuperação da cena paulistana através da fotografia*, Boris Kossoy entende que “a história do desenvolvimento da fotografia de um determinado país, está inteiramente ligada à própria história do país [...]” (1978, p. 07). É dentro dessa linha de pensamento que Kossoy empreende sua obra. Inicialmente o autor faz o estudo da decodificação da produção fotográfica de Augusto de Azevedo. Posteriormente, compreendido o universo em torno da produção fotográfica, Kossoy estuda a evolução urbana ocorrida na cidade de São Paulo entre 1862 e 1887 e explora as relações sociais que vigoravam na época.

Em *Fotografia e História* (1989), Boris Kossoy faz um pequeno incursão na história da fotografia, mas neste livro ele trabalha intensivamente os aspectos metódicos em torno da coleta, catalogação e interpretação das informações em torno do material fotográfico. Essa obra, ainda que de cunho historiográfico, possui um caráter mais voltado para uma teoria e metodologia da fotografia.

Ainda, no que tange a produção historiográfica brasileira, utilizando como objeto de pesquisa a fotografia, temos um leque bem variado de temáticas, temporalidades e espacialidades, mas “os temas mais recorrentes (43%) são aqueles associados às representações da cidade e da família [...]” (CARVALHO et al., 1994, p. 264). Segundo as explorações sobre a família temos, por exemplo, o estudo de Miriam Moreira Leite, intitulado *Retratos de Família: leituras de fotografia histórica* (2001) que, por meio de diversos retratos de família de diferentes etnias e distintos contextos sociais a autora analisa o comportamento e desenvolvimentos dos indivíduos diante da câmera fotográfica. Já na pesquisa de *Álbum de Família: a criação de uma crônica partícula* (2007), Thaísa Bueno, através da análise minuciosa de elementos repetidos dentro de fotografias de família, nota representações indenitárias individuais e grupais.

As produções bibliográficas que possuem por objetivo a evolução urbana por meio da análise fotográfica são numerosas. Nessa linha de pesquisa destacamos, entre outros trabalhos, o artigo de Francisca Ferreira Michelin intitulado *A Fotografia: um click nos tempos modernos* (2007). Nesta pesquisa a autora estuda o conteúdo fotográfico das publicações da revista *Ilustração de Pelotas* ao longo das três primeiras décadas do século XX. Por meio da recorrência a autora notou padrões que denunciavam conceitos moralizantes vinculados à política republicana com viés positivista daquele período. Diante disso, Michelin chegou à conclusão de que no início do século XX, ao menos regionalmente, aqueles que

[...] documentavam ou que demandavam fotos da cidade, faziam-no sob a inspiração do vir a ser moderno, fato recorrente para um contexto que se esforçava em incorporar os padrões gerais e mais emblemáticos da modernidade e do progresso, tanto os que diziam respeito às formas de viver, como os que traduziam gostos e preferências que adivinham de um ideal de ser moderno (2007, p. 434).

O estudo de Solange Ferras de Lima, *Espaços Projetados: as representações da cidade de São Paulo nos álbuns fotográficos do início do século* (1993), utiliza uma metodologia de pesquisa voltada à recorrência de imagens e símbolos onde, a autora, a partir da análise das fotografias de São Paulo feitas por Militão Augusto de Azevedo entre 1862 e 1887, percebe padrões de indução de cenário. Ou seja, as fotografias eram enquadradas dentro de um ângulo e de uma temática que impelia ao contemplante a ideia de progresso da cidade.

Os trabalhos citados acima possuem como objeto basilar de pesquisa a fotografia. Os dois últimos dominam a mesma metodologia de investigação que é a busca de recorrências que possam levar a padrões conceituais ou mentais vinculados a um período ou evento.

2.4 FOTOGRAFIA, MEMÓRIA E CONSERVAÇÃO

O ato de registrar imagetivamente um objeto, suscitou a emergência de grupos ligados ao conservacionismo. Os conservacionistas ansiavam pela preservação de patrimônios arquitetônicos em resposta aos planos de reformulação urbanística que se delineavam a partir de 1850. Antes de adentrar no conservacionismo e suas aspirações, é necessário entender porque surgiram propostas de reformulação dos espaços urbanos europeus a partir de 1850.

A aceleração da industrialização e a consequente descoberta de novas tecnologias na segunda fase da Revolução Industrial marcaram a emergência de uma urbanidade diferenciada. A medida que se acentuou o êxodo rural e se desenvolveu a energia elétrica, o trem e o barco a vapor, as cidades industriais passaram a observar uma mutação nos espaços urbanos. Isso devido ao fato da população excedente “[...] se acumular nas cidades em que se desenvolvem as atividades que a indústria e o comércio se desenvolvem com mais perfeição; é, portanto, nelas também que aparecem mais claramente e mais manifestadamente as consequências que ambos têm para o proletariado” (BEAUD, 1987, p. 145).

Um dos fatores que teriam provocado a reformulação da urbanização, dessa forma, foi a industrialização. Outro elemento, por sua vez, foram as conjecturas sobre a seleção natural e o evolucionismo. Segundo Vanderli Custódio (2004, p. 78) “pouco tardou para que se considerasse a cidade como um *organismo* que para funcionar bem [...] precisaria ter suas partes (órgãos) desempenhando plenamente suas funções”. Diante disso, as cidades do início do século XX, ao menos as grandes cidades brasileiras, estavam doentes, ou seja, não apenas pelas doenças patológicas que se alastravam, mas, principalmente, por uma desordem sócio espacial.

O pioneiro dentro dessa linha de pensamento foi o barão Georges Eugènes Haussmann. Esse sujeito, incumbido de reformular a área central de Paris

[...] valeu-se de demolições, abrindo grandes avenidas em linhas retas, urbanização, saneando extensas áreas, deslocando os menos favorecidos para a periferia, construindo edificações públicas, renovando e ampliando os serviços públicos de esgoto, iluminação, hidráulica e transporte (CUSTÓDIO, 2004, p. 81).

O Barão Haussmann, dentro do estruturalismo urbano é tido como um progressista. Esse posto adveio do fato de ele, apanhando as ideais iluministas, ver o indivíduo marcado por modelagem e, portanto, se o homem era passível de ser moldado, seus ‘problemas’ também

seriam. Logo, se a doença da cidade era a aglomeração humana, a solução era reagrupar essas pessoas em locais específicos e repartir a cidade em blocos habitacionais.

Em contrapartida a essa reformulação da área urbana surgiu um movimento fotográfico que defendia a preservação e memória arquitetônica. Se destacou dentro dessa mobilização a figura de Charles Marville que ficou incumbido por registrar os bairros medievais da área urbana de Paris, antes que Georges Eugènes Haussmann os reformulasse.

No Brasil, Militão Augusto de Azevedo foi responsável por realizar os registros fotográficos urbanos de São Paulo no século XIX. Militão fotografava as áreas com arquitetura colonial que posteriormente seriam reformuladas por temas modernos. Guilherme Gaensly foi encarregado, a partir do início do século XX, de registrar as transformações modernas nas áreas urbanas de São Paulo.

3 INDUSTRIALIZAÇÃO, URBE E MORFOLOGIA URBANA

As primeiras cidades surgiram através de aglomerados humanos encravados no Oriente Próximo. Elas abrigavam relações sociais e econômicas voltadas principalmente para a agricultura de subsistência. Ao longo da história a cidade foi classificada como um centro político – *civité* – e também como um lugar muralhado com comércio acentuado. A partir do século XIX, entretanto, a *urbe* passou a sofrer modificações aceleradas, principalmente em seu plano físico, dando lugar a *cidade industrial*.

3.1 O URBANO INDUSTRIAL

Ainda que de forma irregular na Europa, o auge da industrialização tendeu a se dar no século XIX, quando de forma mais evidente a exploração de mão-de-obra e superprodução se delinearam nas sociedades industriais. Além de modificar as relações de produção, a industrialização alterou o caráter funcional dos espaços. Por ser maquinizada e dinâmica, ela rompeu com as barreiras físicas de crescimento das cidades (muralhas, montanhas e rios) e com as distâncias a serem percorridas nelas. A área urbana expandiu seus objetos funcionais para o meio rural e o tornou cada vez mais dependente do fornecimento dos produtos terciários.

Segundo Lefebvre (2002) o surgimento ou persistência de uma cidade não existe por causa da indústria, mas os efeitos da revolução industrial alteram os espaços da cidade e a própria vida das pessoas, desembocando em uma zona crítica.

A zona crítica da urbanização, da qual se refere Lefebvre, começa na Europa entre 1830 a 1870, quando a industrialização suscitou o adensamento demográfico e influenciou o

agravamento de problemas na infraestrutura urbana. As cidades grandes, como Londres, Manchester e Paris, apresentavam grandes problemas urbanos ligados à falta de emprego e a concentração demográfica. Nesse período muitos pesquisadores passaram a levantar estudos de campo nessas cidades, onde análises voltadas para a degradação da população, abordavam, também, o caos da urbanização.

Flora Tristán, viajante, nascida e residente na França, na obra *Passeios a Londres* (1840), faz uma análise crítica da vida social na cidade, cuja, a autora denomina de cidade monstro. De acordo com Flora, Londres, na primeira metade do século XIX, era dividida em três partes: City, West End e os Fausbourgs.

A City era a parte antiga da cidade e onde se desenvolvia a maior parte do comércio popular. O bairro de West End era desenvolvido e eminentemente habitado por componentes da corte. E os fausbourgs, por sua vez, eram regiões miseráveis, com ruas estreitas e moradias insalubres, onde reinava a fome, as doenças e o perigo, consequências sociais e físicas do capitalismo. No livro, Tristán dá ênfase para a pobreza existente na cidade, descrevendo a composição social e física dos locais mais pobres. No bairro dos Irlandeses, por exemplo, localizado no limite com o West End, em um pequeno caminho escondido entre as ruas comerciais, viviam uma porção de pessoas misturadas ao esgoto e o mau cheiro. A existência daquelas pessoas em condições miseráveis era desdenhada pela população e pelo governo que, através de instituições filantrópicas, transmitiam ao mundo apenas a grandeza de Londres (TRISTÁN, 1840).

Na City e no distrito de Whitechapel (Est End) haviam conglomerados de judeus que praticavam o comércio de roupas usadas e viviam em deprimentes condições de vida; mas nesses locais Flora Tristán afirma que “[...] sufrí menos visitando este barrio, de lo que había sufrido en el de los irlandeses. La miseria exterior de los judíos es extremada, pero no es penosa de ver como la de los irlandeses” (TRISTÁN, 1840, p.112).

Friedrich Engels, também foi responsável por desenvolver um estudo crítico acerca da situação dos trabalhadores nas grandes cidades inglesas. No livro *A Situação da Classe Operária na Inglaterra*, publicado em 1845, Engels faz uma denúncia do impacto do sistema fabril sobre os trabalhadores. Segundo ele, uma das principais consequências do capitalismo sobre a população, foi a subserviência ao patrão e a incerteza de ter um pão na mesa. Havia mais procura por trabalho do que demanda e, por isso, centenas de pessoas findavam na fome e na sujeira de ruas estreitas e escondidas de Londres. Nessas cidades grandes, era certo

[...] frequente a pobreza morar em vielas escondidas, muito perto dos palácios dos ricos, mas, em geral, designaram-lhe um lugar a parte, onde, ao abrigo dos olhares das

classes mais felizes, tem de se safar sozinha [a classe operária] melhor ou pior (ENGELS, 1845, p.59).

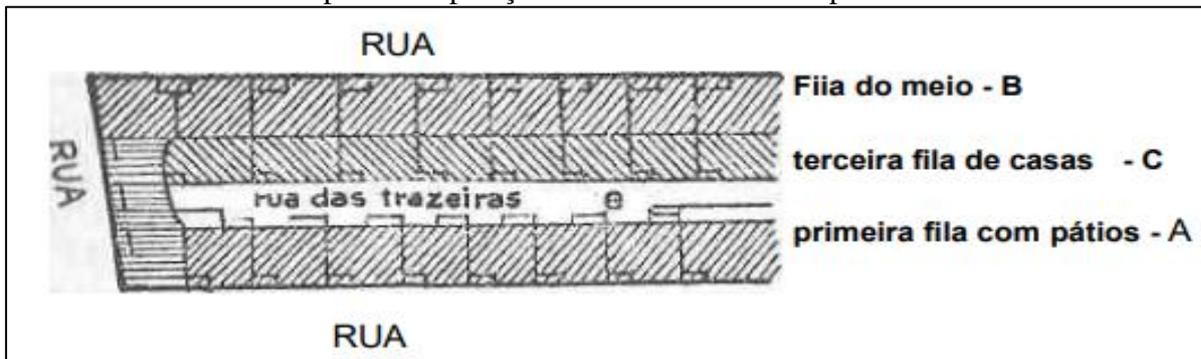
Um dos bairros miseráveis, perto dos bom-londrinos do West End era o St. Giles. Descrito por Engels como uma região habitada eminentemente por trabalhadores irlandese mal pagos, a área era perigosa e insalubre. Também em Westminster, entre as casas cortesas, haviam ruelas miseráveis. Nos parques em torno do palácio da rainha se abrigavam sob os bancos dezenas de pessoas sem teto (ENGELS, 1845).

Na Londres da primeira metade do século XIX, o bairro de West End era caracterizado por ser um ambiente civilizado, habitado por *gentleman*. Ainda que a região fosse moralmente mais fina do que outras, e fisicamente mais afastada do centro movimentado, ela não deixava de estar exposta ao mau cheiro dos dejetos que escoavam no Tâmesis e aos ruídos das carroças percorrendo as ruas pavimentadas por pedras irregulares (CHARLOT; MARX, 1993). Também compartilhavam espaço com pobres e desabrigados que perambulavam em busca de um local para dormir.

Londres era uma cidade eminentemente comercial e política, não contendo uma fração de indústrias tão grande como a de Manchester, por exemplo. As cidades industriais, assim como a suas regiões de influência, tinham uma estrutura social e urbana totalmente tocada pelo capitalismo. Segundo Engels (1845, p. 80) “os bairros operários – quer por um acordo inconsciente e tácito, quer por intenção consciente e confessa – estavam separadas com maior rigor das partes das cidades reservadas a classe média [...]”. Em algumas cidades o centro figurava um ponto comercial, e os arrabaldes concebiam linhas de habitação. Para além dos bairros operários, se encontravam as moradias da classe média e alta, geralmente em ruas planejadas e locais bem arejados (ENGELS, 1845).

Ainda que Manchester apresentasse, na primeira metade do século XIX, uma efetiva divisão espacial mais calcada nos pressupostos sociais em comparação a outras cidades, ela não foi planejada. Uma das principais consequências urbanas da industrialização, nos bairros operários de Manchester, era a falta de espaço. Quando as indústrias começam a se desenvolver, atraindo mais trabalhadores, novos bairros foram construídos e neles as casas eram amontoadas tornando o ar insalubre. As casas com aluguel mais barato não possuíam pátios nem ventilação, ficando em ruas cobertas, conforme Engels esboça no mapa que segue:

Mapa 1- Disposição das ruas em bairros operários.



Fonte: A Situação da Classe Operária na Inglaterra, 1845. (Engels)

O esboço descritivo que Engels faz da cidade de Manchester demonstra o delineamento do que Roberto Lobato Corrêa (1989) traz acerca do espaço eminentemente urbano que, segundo ele, deve ser fragmentado, articulado, reflexo da sociedade e condicionante dela.

Quando os espaços se delineiam como um reflexo da sociedade fragmentada, eles exprimem desigualdades. Isso porque cada espaço, quando olhado separadamente, tende a revelar de forma gritante os agentes sociais que os compõe e os seus usos. Por sua vez, quando esses espaços se estruturam como um reflexo da sociedade articulada, o espaço tende a ser dinâmico. Por exemplo, para se sustentar, uma cidade eminentemente capitalista precisa de áreas rurais, de produção, comercialização e de residências. Ao passo que a mercadoria, da produção ao consumo, necessita se articular com diferentes espaços, ela torna a cidade um recinto dinâmico (CORRÊA, 1989).

A urbanização decorrente da industrialização refletia de um lado a miséria provocada pelo adensamento demográfico em locais insalubres e inseguros decorrente da falta de emprego; e por outro lado, a especulação imobiliária por parte dos construtores dos bairros operários, que visavam apenas o lucro. A cidade grande da primeira metade do século XIX, era fragmentada/dividida socialmente, e o caráter físico dos espaços refletiam a classe social que abrigavam. Embora tivessem regiões desenvolvidas, com habitações bem arejadas e arraigadas por jardins, a cidade grande da primeira metade do século XIX, tendia a ser miserável, suja e declinava a maior parte da população aos limites de uma vida digna.

Ainda que a França tenha se industrializado de maneira mais lenta, ela também apresentou circunstâncias caóticas instituídas pela industrialização e por surtos urbanísticos. Quando houve o surto urbanístico parisiense, no século XVIII, Bairros no *faubourg* de Saint Marcel e Saint Antoine se tornaram eminentemente regiões de habitações populares pobres.

Decorrente da ideologia evolucionista, em voga no século XIX, os habitantes desses bairros operários eram vistos como selvagens pois, ainda que morassem em locais fixos,

permaneciam em constante marcha nas ruas e em busca de emprego. Segundo Maria Stella Bresciani (1992, p. 58) “[...] o proletário da indústria se encontra sujeito ao nomadismo desde a infância, quando se une aos bandos de crianças que vagabundeiam pelas ruas [...]”. Em segundo lugar, aqueles que trabalhavam ou aqueles que roubavam, para os parisienses, eram ungidos por uma imagem errante e bestializada. Não eram feitas distinções entre o empregado e o sem-emprego, a condição pobre de ambos era justificada, para a alta classe, como uma sujeição evolutiva.

No início do século XIX, a população parisiense aumentou consideravelmente, e os cidadãos de Londres se amontoavam a muito tempo nos bairros operários. Nos dois casos o adensamento demográfico, associado à más condições sanitárias contribuíram para que a cólera se propagasse entre as classes pobres.

Até 1850 os médicos buscavam as causas das epidemias dentro de elementos naturais do espaço, como topografia, por exemplo. Contudo, após uma série de levantamentos realizados entre a área urbana e rural, a cidade se mostrou um lugar patogênico e perigoso à saúde. Para os médicos, por ser ensolarado e arejado, o campo era mais saudável. Por esse motivo muitos burgueses passaram a enviar suas crianças ao campo. Alguns filósofos, entre eles Jean-Jacques Rousseau, também passaram a idealizar a vida no campo.

Defendendo a ideia da natureza pura do homem corrompida pela sociedade, o filósofo francês, na obra *Emílio ou Da Educação* (1979) afirmava que

As cidades são bátratos da espécie humana. Ao fim de algumas gerações as raças morrem ou degeneram; é preciso renová-las e é sempre o campo que procede a essa renovação. Mandai portanto vossos filhos renovarem-se, por assim dizer, a si mesmos, recuperando nos campos o vigor perdido no ar malsão dos lugares densamente povoados (ROUSSEAU, 1979, p. 32).

Diante do higienismo e da necessidade emergente de tornar o ambiente citadino mais salubre, as primeiras providências tomadas pelos urbanistas foi reformular as vias de circulação e o fornecimento de água.

A cidade que teve seu plano urbano influenciado de forma mais contundente pelo higienismo foi Paris. No entanto, as técnicas na distribuição e tratamento de água, por exemplo, foram inspiradas na cidade de Londres que, passou a reformular a urbanização mais cedo. Em 1834, por exemplo, o então prefeito da Paris, Barão Rambuteau, instalou centenas de latrinas públicas, a fim de fazer com que os homens passeantes tivessem um lugar específico para urinar. Foi, contudo, Haussmann, quem mais implementou modificações na estrutura urbana de Paris. Inspirados nos aquedutos romanos, foram construídos dois canais de abastecimento para a cidade de Paris durante o governo de Haussmann; o que aumentou a providência de água

potável gratuita para a população. Apesar disso, até a metade do século XIX, o fornecimento da água se dava através dos chafarizes públicos e, em poucos casos, por meio de poços particulares (HERCE, 2015). Somente no final do século que começaram a ser instaladas redes de água nas residências.

Além das modificações no saneamento, o urbanismo também passou por uma influência neobarroca, compondo avenidas largas e arborizadas. Ao passo que os novos sistemas de abastecimento garantiam água segura; as ruas retilíneas e sombreadas proporcionavam um ambiente mais arejado e oxigenado aos cidadãos. A construção de avenidas nos padrões higienistas, pedia que as áreas centrais da cidade, mais antigas e não planejadas fossem derrubadas.

Toda essa tomada de ação proporcionava um embelezamento e salubridade ao meio, mas acentuava a divisão social entre periferia e centro. Isso se dava ao passo que a reformulação das vias de tráfego demandava a retirada de pessoas que habitavam aqueles recintos; logo elas eram relocadas em outro lugar e este, era geralmente afastado. As áreas remodeladas, contando com boas linhas de circulação, arborização e abastecimento, invariavelmente adquiriam um ônus imobiliário a partir do aumento do seu valor monetário.

A Paris de Haussmann, dessa forma, era dividida em duas partes socialmente distintas onde se delineavam

[...] os bairros ricos do oeste versus os bairros pobres do leste; a rive gauche contra a rive droite. Passa-se da segregação vertical das edificações para a segregação horizontal dos arrondissements. O centro consolida suas funções comerciais, administrativas e financeiras. Também é espaço de lazer, com teatros e locais para o promenade. Nas proximidades, estão os bairros residenciais de luxo, com a área da l'Etoile. Longe do centro, localizam-se os bairros proletários (PINHEIRO, 2011, p. 82).

Essa Paris espelhava os ideais de modernidade e civilidade de uma cidade burguesa, hierarquizada e dividida segundo o espaço do sujeito dentro da grande máquina capitalista. Nessa grande metrópole arborizada e bem planejada, os pobres ficavam nos arrabaldes dos espaços de cultura e de lazer, ao passo que os bem-nascidos, ou bem remunerados, dispunham de toda a pompa e poder que os espaços econômicos e sociais podiam lhe abonar. Muitas cidades ao redor do mundo foram remodeladas de forma semelhante às obras de Haussmann em Paris. Outras tantas, foram projetadas conforme o desenho e funções de uma cidade moderna. Esse foi o caso do Rio de Janeiro, no Brasil.

Capital do Império no Brasil de 1808 a 1813, a cidade do Rio de Janeiro teve um crescimento visível a partir dos edifícios públicos. A Independência do Brasil, também agregou crescimento populacional e influenciou uma eclosão intelectual e artística na cidade, que agora

se tornava capital do Brasil e morada permanente da Coroa. Ainda que tenha se tornado um centro político e, um dos principais umbrais para a Europa; o Rio de Janeiro

em 1843 mantinha [...] muitos aspectos de atrasada cidade colonial: a limpeza pública não se fazia diariamente; a iluminação era constituída por pequenas e escassas lâmpadas de azeite de peixe; os meios de locomoção limitavam-se a poucos carros, aos ônibus de tração animal e ao cavalo [...] (Anuário de Estatística Municipal, 1922 APUD CARVALHO, 1990, p. 73).

Com uma urbanização estagnada, em relação às grandes cidades europeias, o Rio de Janeiro manteve uma estrutura física com viés colonial, pelo menos até meados de 1870. São os empreendimentos de iniciativa privada e estrangeira que gerem as primeiras e mais influentes expansões urbanas na cidade. O principal meio de transporte urbano nesta área era por meio da tração animal. Os ônibus percorriam poucas distâncias, transportavam algumas pessoas e proporcionavam um transporte precário nas ruas desregulares. Os bondes os precederam, oferecendo aos passageiros um trânsito eficiente e rápido. Somente no final da década de 1880 é que a energia elétrica passa a ser utilizada como tração aos meios de transporte, tornando-os mais acessíveis à população (ROCHA, 1995).

Outro fator importante que a modernização da tração e do meio de transporte proporcionou à urbanização foi sua expansão. Ao passo que as linhas de bonde e de trem eram elevadas a locais até então desvalorizados, imediatamente estes passavam a ser loteados, aterrados e edificados. A relação do espaço com o transporte era recíproca. Se por um lado a terra era valorizada pela via, a via era construída visando a valorização da terra. Desta forma, os bairros litorâneos do Rio de Janeiro eram monopolizados por empresas que tinham por sócios os donos das terras e os proprietários dos meios de locomoção. O empreendimento de arreamento e aterramento tornava essas áreas onerosas, ficando disponíveis apenas àqueles que tinham ônus monetário para arcar com os custos.

No centro da cidade, primeira região a ser povoada, portanto sem um planejamento urbano, se amontoavam os operários em cortiços e peças alugadas. Junto com a expansão urbana, começaram a surgir os primeiros debates a respeito da qualidade sanitária da cidade. No ano de 1892, sob o comando do então prefeito Barata Ribeiro, surgem os primeiros projetos de saneamento visando a destruição de casas populares e o alargamento das ruas. Segundo o pensamento da época, no que tange as questões relativas a higiene, as habitações centrais eram as principais responsáveis pela proliferação de doenças, assim como a própria sinuosidade, largura e sombreamento das ruas que não ofereciam escoamento para a água (ROCHA, 1995). Já no que se refere a funcionalidade e embelezamento, entram em debate o Cais do Porto, principal ponto de saída e entrada de mercadorias do país; e a Avenida Central, que “[...]”

segundo os engenheiros, resolveria os problemas de comunicação da zona portuária com o restante da cidade” (ROCHA, 1995, p. 61).

A construção da avenida, que tinha em seu projeto ser retilínea, resultou na derrubada de centenas de edifícios ali existentes. Ela havia sido inspirada nas avenidas francesas e pronto à inauguração as edificações que ali seriam executadas deveriam seguir o estilo na Belle Époque.

A cargo da municipalidade estavam a abertura e alargamento de ruas; instalação de tubulações de esgoto; arborização; e principalmente uma regulamentação acerca da construção e conservação das edificações no centro da cidade. O projeto era guarnecido por um discurso modernista e higienista, mas segundo Oswaldo Rocha (1995, p. 67) se tratava de “especulação imobiliária e melhoria nos meios de comunicação”. O fato é que em quatro anos de demolições no centro do Rio de Janeiro, 1.681 habitações haviam sido postas abaixo e por volta de 20 mil pessoas tiveram que buscar abrigo em outras partes do município (ROCHA, 1995).

A cidade moderna, com saneamento básico, iluminação, normas de construção, água tratada e encanada, e transporte eficiente, é uma solução do capitalismo aos problemas que a industrialização deixou na sociedade. Se por um lado soluciona os problemas patológicos e estéticos da urbe, por outro eleva a divisão social da população dentro do espaço. Além de “apagar” o rastro da miséria e das doenças de determinadas áreas, as reformas urbanas quase extinguíram a memória destes lugares.

Em 1862, em plena remodelação urbana de Paris, Charles Marville se tornou fotógrafo oficial da cidade, registrando ao mesmo tempo o encanto da modernidade e a destruição do recinto medieval. O fotógrafo urbano deste período foi responsável por registrar mais do que a arquitetura de um período, ou a efetivação da edificação de obras. Esses sujeitos cristalizaram o momento na história, revelando fragmentariamente a rotina e os componentes físico-sociais daquele ambiente.

Na cidade do Rio de Janeiro quem prestou esse serviço foi o advogado Alberto de Sampaio que de 1888 até 1914 produziu 200 registros classificados dentro da temática “Cidade – Espaço Público”. Segundo Adriana Maria Pinheiro Martins Pereira (2016) as primeiras imagens capturadas pelo fotógrafo eram voltadas para o registro do caráter natural da cidade. As fotografias tiradas a partir de 1905, por sua vez, enquadravam a modernização urbana que as reformas de Pereira Passos deram ao espaço urbano. As tomadas desse fotógrafo tinham um caráter de hibridismo que buscava uma harmonia entre natureza e artificialidade.

Se não fosse o trabalho de alguns fotógrafos isolados, as histórias das áreas demolidas seriam comprometidas permanecendo, estas, apenas na memória fustigada de quem viveu naqueles velhos espaços. Além disso a fotografia contém informações importantes acerca de indivíduos, mercado, política, economia, transporte e outros elementos pertinentes à compreensão da sociedade.

Demolida e reconstruída, ou projetada e erguida, a cidade que se institui a partir da segunda metade do século XIX está ao lado do que coopera com as engrenagens do capitalismo. Nas palavras de Henry Lefebvre (2002, p. 51) “o urbanismo como técnica e como ideologia responde às demandas oriundas dessa vasta crise [...] da cidade [...] que se anuncia desde a aurora do capitalismo concorrencial [...]”. Diante disso, as funções e usos do espaço se alteram de acordo com as contribuições que ele tem com o bom funcionamento da grande máquina capitalista. Pouco importa o número populacional ou a localização, no início do século XX o espaço se torna importante na medida que possa contribuir com o sistema.

3.2 COMO SE FORMA, ENTÃO, A CIDADE?

Como vimos, a cidade moderna é um dos resultados da industrialização, mas isso não significa que haja um processo único para todas as urbes; tampouco que uma cidade só surja como tal quando uma indústria se implanta em seu espaço. Da mesma forma não podemos deixar de ver uma área como urbana só porque no Brasil os perímetros urbanos são definidos por leis municipais. Entender o processo de formação e transformação de um espaço urbano ao longo do tempo é um trabalho mediado, atualmente, pela linha de pesquisa conhecida como *morfologia urbana*.

Morfologia, do grego *morpho* – forma e *logia* – estudo, é uma área da ciência que estuda a forma de uma matéria. O conceito é geralmente utilizado na gramática e, tradicionalmente, na biologia; mas desde o final do século XIX o termo também é empregado na geografia, na linha de investigação *morfológica urbana* que estuda as formas e funções dos espaços das cidades, assim como suas transformações ao longo dos anos e os agentes que a moldam.

Foi na transição dentro da crise e renovação da geografia, que o conceito de morfologia urbana surgiu e ganhou força. O trabalho pioneiro dos geógrafos alemães Johannes Fritz (1894) e Otto Schülter (1889) pôs em pauta o uso da cartografia como instrumento de estudo das transformações das formas urbanas. Das primeiras décadas do século XX até meados de 1930 o foco dos geógrafos e arquitetos era o corpo, as proporções das cidades. A partir daí são as funções dos espaços que ganham atenção nas pesquisas (OLIVEIRA, 2014).

As primeiras linhas de investigação sobre as transformações urbanas se expandiram para outros países, influenciando diferentes abordagens metodológicas e novas teorias. Três tendências surgiram nesse contexto: a Escola Italiana, a Francesa e a Inglesa. As duas primeiras seguiam as doutrinas do arquiteto Severio Muratori que utilizava uma análise tipológica-processual para explicar as transformações urbanas. Muratori acreditava que a realidade atual de um espaço seria a síntese da história dele e que essa história podia ser compreendida através dos edifícios que o compõe (CATALDI; MAFFEI; VACARRO, 2014).

Na Escola de Morfologia Inglesa foram influentes as concepções do geógrafo Michel Robert Günter Conzen que explicam o plano atual de uma cidade através da análise histórico-geográfica; ele mapeava o tempo das cidades de forma cronológica. Nesse caso, os estudos de Conzen utilizavam cartografias subsequentes para entender a forma do espaço, além de usa-las para apontar em cores diferentes, por exemplo, os diversos tipos edílicos em uma parcela (WHITEHAND, 2013). A partir dessa pragmática, cada estilo arquitetônico revelaria de modo sintético, no mapa, uma onda de expansão ou estagnação da forma urbana ou de seus usos.

Se, por um lado, a Escola Inglesa de Morfologia Urbana buscava estudar a forma das cidades com o objetivo de desenvolver uma *teoria de construção desses espaços* (como/porque foi construída); a Cátedra Italiana procurava analisar a forma urbana para criar uma *teoria de desenho da cidade* (como construir).

Ambos os casos têm em vista estudar a forma urbana que é uma “[...] manifestação física de um contexto cultural específico [...]” (REGO; MENEGUETTI, 2011, p. 124). Dentro dos princípios da morfologia urbana a forma é composta pelo solo, edifícios, lote, quarteirão, fachada, logradouro, rua, praça, monumento e árvore; todos unidades físicas com tendências históricas, econômicas e culturais próprias, fazem o processo de formação de cada cidade ser único.

Nos estudos morfológicos é a maneira como esses componentes se organizaram no espaço que vai auxiliar na compreensão da formação da *urbe*. Isso leva a crer que embora uma área a ser estudada não seja caracteristicamente urbana, seu traçado faz parte de um urbano por vir. Mas como saber se uma área é urbana?

Não existe uma concepção única que responda a esta pergunta, assim como não há cidades com formas e história exatamente iguais. Para Roberto Lobato Corrêa (1989, p. 07) o espaço urbano possui dinamicidade pois

[...] é um local de concentração de atividades comerciais, de serviço e de gestão, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão”.

Já de acordo com Henry Lefebvre (2002, p.17) “o tecido urbano [...] corrói os resíduos da vida agrária”. Nesse caso, o urbano – espaço modificado – se torna mais influente sobre o campo. E segundo Milton Santos (1993) o espaço urbano tem forte relação com a terceirização e a explosão demográfica, ambos eventos decorrentes do processo de industrialização, que no Brasil ocorreu a partir da década de 1940. Assim, o urbano seria diferenciado do rural por causa do número de habitantes em cada espaço.

As diversas concepções acerca do conceito urbano, explícita ou implicitamente, trabalham com uma ideia de espaço menos ruralizado. Contudo, sabemos que no Brasil muitas cidades surgiram no início do século XX permanecendo imerso e dependente do mundo agrário pelo menos até a década de 1930 quando o país começa a se industrializar. Isso significa que, até então, essas cidades permaneceram não-urbanizadas?

Não, a nível nacional o espaço urbano é definido por lei quando um município se emancipa ou quando um povoado se torna distrito de uma cidade; mas esse evento oficial não faz com que aquele recinto se torne uma selva de pedra complexa da noite para o dia. Por outro lado, muitos distritos e cidades quando tem sua área urbana estipulada já possuem traçado viário complexo e rede de comércio, mas permanecem, ainda, dedicados a relações econômicas e sociais agrárias.

Roberto Lobato Corrêa (1993) trata o período que inclui a primeira fixação residencial no local até a delimitação legal da área urbana, como um *pretérito* urbano. Se trata de um espaço temporal regido, principalmente, por vínculos rurais, mas que agrega na formação de uma malha urbana primária.

Diante disso, a gênese da cidade é, portanto, o povoamento do espaço. A partir desse marco inicial, o espaço é constantemente produzido e reproduzido.

Segundo Roberto Lobato Corrêa (1989, p.11) quem produz o espaço urbano “[...] resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço” são os industriários, os fundiários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

Na atual cidade capitalista os agentes sociais que dispõe de meios de transformação da matéria prima são os que mais detém poder de organizar o espaço segundo seus anseios. Esses sujeitos surgem na Revolução Industrial e seu papel dentro da sociedade contemporânea continua sendo o de influência política e econômica. Mesmo que o industriário possua faixas de terra menores do que um fundiário, a sua ação dentro da sociedade demanda a existência de áreas habitacionais para os que trabalham em sua indústria. Dessa forma, o burguês opera muito mais no espaço urbano, assim como no surgimento de cidade, do que o grande fundiário.

Além de áreas residências, a existência de uma indústria dentro de um espaço, demanda rotas e meios de escoamento de produção, o que faz surgir ruas, estradas de ferro, portos e rodovias.

A atuação dos agentes fundiários no espaço é a segunda mais influente, mas também é a mais barrada, ao passo que necessita de pessoas para habitar e antes, comprar os recintos. Se por um lado os fundiários vislumbram a conversão da terra rural em terra urbana por ser a última mais valorizada que a primeira, para que a transformação ocorra, em primeiro lugar, é necessário que exista uma demanda humana por esses terrenos. Além disso, aos possíveis clientes, é necessária uma renda suficiente para a aquisição da terra, e de meios que possibilitem a eles essa renda.

Não basta que somente a vontade do fundiário faça da área física um recinto valorizado. Existem alguns fatores que tendem a tornar variável a valorização e a procura por determinadas áreas, entre os principais estão os elementos naturais. A água é um bom exemplo. Se em determinado momento da história de uma localidade existe um alagadiço, e ele é a única fonte de água, aquela faixa de terra será valorizada. Contudo se, 30 anos depois, aquele local já tiver uma rede de água potável atendendo satisfatoriamente os habitantes, o alagadiço não será mais necessário. Nesse caso esse espaço será desvalorizado, pois seu uso em outros empreendimentos provavelmente demandará um aterramento.

O Estado é outro agente atuante no processo de ocupação/modificação do espaço. Sua função geralmente é regulamentar de forma simétrica o acesso à terra, de forma que todos os cidadãos disponham de moradia. A lei é o principal elemento que rege o acesso à terra e, na urbe contemporânea, ela tende a não ser imparcial, estando a serviço das camadas sociais dominantes (CORRÊA, 1989).

É na esfera administrativa mais baixa do Estado – a municipal – que as alianças de interesses se destacam e se articulam com maior facilidade. As leis municipais de construção e imposto predial, por exemplo, “[...] são um forte fator discriminante, afetando o preço da terra e de imóveis e, como consequência, incidindo na segregação social [...]” (CORRÊA, 1989, p. 26). Nesse contexto aqueles que possuem renda mais elevada adquirem terrenos mais caros, em locais com melhor infraestrutura.

Os grupos excluídos figuram, segundo Roberto Lobato Corrêa, o nível mais baixo de influência estrutural na formação dos espaços urbanos. Sua forma de atuação é mais física e célere, haja vista os casos de invasão de imóveis e terrenos em ameaçadas condições de habitação. Mas também é uma ação ilegal, aos olhos do Estado e corrompida para os fundiários.

A produção do espaço exercida pelos grupos excluídos “[...] é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência” dentro de uma cidade planejada no cerne do capitalismo visando benefício das camadas sociais opulentas (CORRÊA, 1989, p. 30).

Muitos espaços que hoje são cidades brasileiras, não necessariamente nos centros metropolitanos, vão ser ocupados ou ter seus planos estruturais reformulados de acordo com a implementação de investimentos internacionais visando, estes, tirar proveito comercial, imobiliário, industrial ou natural da região.

Já vimos, no tópico anterior, que a iniciativa estrangeira em conjunto com proprietários fundiários do litoral carioca, anexaram malhas de bonde naquela região; sendo favorecidos, por um lado a especulação imobiliária e por outro, a arrecadação de tarifas de transporte. A região norte do Rio Grande do Sul, esquecida até as últimas décadas do século XIX, vai passar por um processo semelhante, à medida que surge a possibilidade de instalar uma linha férrea ligando São Paulo ao Rio Grande.

Se, de forma geral, a construção de ramais férreos no estado fazia parte de uma política de defesa geopolítica e de modernização. Para as empresas estrangeiras significa uma possibilidade de expansão e monopolização de serviços. A atuação do norte americano Percival Farquhar foi um exemplo do monopólio ferroviário na América Latina. Segundo Nilson Thomé (1983) Farquhar, no início do século XX, detinha 11.064 quilômetros de ferrovias de um total de 23.491 que se estendiam pelo Brasil, inclusive nestes números, a estrada de ferro São Paulo – Rio Grande. De acordo com Adelar Heinsfeld (2007, p. 291) o projeto de construção da Estrada Férrea São Paulo Rio-Grande (EFSPRG) era “[...] essencialmente estratégica e que funcionava como um elemento de defesa” em resposta aos conflitos com a Argentina. Para o estado e a União esse era o discurso que embasava e sustentava a construção dessa ferrovia, mas para a iniciativa privada significava oportunidade de mais uma vez empregar capital estrangeiro de forma segura em território nacional.

Se foi um evento planejado junto do projeto da ferrovia, ou uma consequência dela, o fato é que no percurso da EFSPRG se desenvolveram prodigiosas vilas e cidades no entorno das estações. Alguns autores, entre eles Adelar Heinsfeld (2007), Márcia Caron dos Santos (2009) e Gladis Helena Wolff (2005) defendem que a ferrovia foi o motivo causador da aglomeração humana no norte do estado, assim como do sucesso econômico dessa região. Isso devido ao fato de que a ferrovia atraía mão-de-obra para sua construção, o que fazia com que as pessoas, muitas vezes, fixassem domicílio nas margens na linha férrea. Além disso a

EFSPRG ligava essa região com áreas portuárias, o que possibilitava um rápido e garantido escoamento de produção.

O maior expoente de crescimento no norte do estado foi a Colônia Erechim, fundada em 1908 e elevada a município em 1918. Vários são os estudos que tratam do crescimento econômico e demográfico desse espaço, atribuindo o sucesso de Erechim à extração madeireira, à ferrovia e à agricultura. Segundo Adelar Heinsfeld (2007) a Primeira Guerra Mundial foi um dos eventos que mais proporcionou crescimento econômico à Erechim, haja vista que o conflito impossibilitava aos Estados europeus subsidiar a população com produtos de subsistência. Cabia, dessa forma, a muitas colônias no interior do Rio Grande do Sul, exportar suas produções agrícolas.

A própria existência de uma linha de transporte significava a baixa nos custos dos fretes. De acordo com Aline Asturian Kerber (2017) os núcleos coloniais que não dispunham de linha férrea em seu território de abrangência tendiam a gastar muito com o valor de transporte de suas mercadorias. Não era o caso de Erechim que, em 1914 pagava cerca de 920 réis de frete até Porto Alegre, enquanto outras colônias mais próximas da capital desembolsavam o dobro.

Já para João Carlos Tedesco e Liliane I. M. Wentz (2007) a notoriedade da Colônia se devia à exploração florestal que, no século XX, fazia dela um dos principais polos de retirada de madeira no país. Mas, em contrapartida, os autores salientam que o empreendimento só se avultou com a consolidação da ferrovia.

A linha férrea foi um empreendimento capitalista no norte do estado e, sem dúvidas possibilitou o surgimento e crescimento econômico da região. E, esse empreendimento é um dos primeiros elementos que pode nos mostrar a atuação de agentes sociais na exploração e formação do espaço.

A colônia Erechim e a de Quatro Irmãos são exemplos a serem citados. Em primeiro lugar, observamos a preocupação do Estado em ocupar essas regiões a fim de proteger e legitimar sua posse política. Diante disso ele cria decretos e leis incentivando a demarcação e regulamentação da construção de ramais férreos, assim como o projeto das cidades. Nessa altura, sua ação é permissiva e regulamentadora.

Por outro lado, temos uma dupla atuação da indústria – férrea - e da iniciativa fundiária privada. Ambas atuam em conjunto na exploração de algumas glebas de terra. A *Jewish Colonization Association (ICA)* e a Companhia Colonizadora Luce e Rosa & Cia Ltda., mantinham relações administrativas estreitas com a *Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer du Brésil*, responsável pela EFSPRG de Passo Fundo à Marcelino Ramos. O vice-presidente da

ICA, Franz Philipson era presidente da *Compagnie*. Thimoteo Pereira da Rosa era proprietário da Colonizadora Luce e Rosa e, advogado da *Auxiliare*. Esses sujeitos eram, respectivamente, responsáveis pela colonização da fazenda Quatro Irmãos e parte das terras da Colônia Erechim. Percebe-se que ambos possuem estreitas relações com a ferrovia o que leva a crer que, neste caso, tanto o agente industrial como o fundiário mantiveram, por muito tempo, mútuas relações de exploração econômica nesses espaços; fato que contribuiria significativamente para uma primeira configuração espacial nos povoados dessa região.

4 URBANIZAÇÃO DE BARRO/GAURAMA: UM OLHAR FOTOGRÁFICO

Este capítulo será destinado ao levantamento e análise de fontes fotográficas referentes à área urbana de Barro/Gaurama. Nele objetivamos compreender, através das fotografias, o desenvolvimento urbano desde a década de 1910 até 2017, respectivamente ano de início do povoamento em torno da estação, e década em que ocorre a última anexação física ao espaço urbano do município. Esta parte do estudo será dividida em seis tópicos cada qual tratando de um período socioeconômico de influência direta na formação e transformação da malha urbana.

4.1 URBANO PRETÉRITO (1910-1919)

A Colônia de Erechim, fundada em 1908, foi um dos grandes expoentes das políticas de colonização e do pensamento positivista; doutrina que tinha por base a ordem e o progresso e prezava, sobretudo, o bem-estar social. De acordo com essas três premissas Erechim foi projetada e executada, sendo a viação um dos elementos que mais obteve atenção da Comissão de Terras e Colonização. Dentro do plano viário a linha férrea era o ponto de coalização entre acessos vicinais e povoados, os últimos incumbidos de coletar e distribuir mercadorias locais e estrangeiras.

Devido à dimensão da Colônia, de aproximadamente 288.281 hectares e também do projeto viário, o território de Erechim foi distribuído em distritos que variaram em número ao longo do século XX, declinando, estes, a partir de 1950 em virtude das emancipações municipais que ocorreram. A primeira divisão administrativa foi definida pelo Decreto nº 02, de 17 de julho de 1918, cujo distribuída o território da Colônia em três distritos, respectivamente Boa Vista do Erechim (Sede), Erechim e Marcelino Ramos.

A grande extensão de terra associada a uma ascendência demográfica demandou que esses três distritos fossem desmembrados, e em 30 de maio de 1919 o Decreto nº 20 criou os Distritos de Erechim e Barro.

Barro, 5º Distrito de Boa Vista do Erechim, iniciou seu processo de povoamento por volta de 1910 de forma desordenada quando é construída a estação de mesmo nome. Nessa época a Comissão de Terras e Colonização ainda não havia feito um plano urbano para o povoado o que contribuiu para o seu traçado irregular. O povoamento iniciou quando foi construída a estação férrea de mesmo nome. Enquanto povoado, não apresentava nenhuma delimitação territorial, sendo está definida somente em 1919, quando o distrito é criado e são apontados os limites territoriais; estes se estendiam sob o espaço que hoje estão os municípios de Áurea, Centenário, Três Arroios, Severiano de Almeida e Carlos Gomes.

Neste estudo temos um desafio epistemológico, haja vista que são quase dez anos de área urbana não definida legalmente. Nesse caso, não trataremos a investigação de 1910-1919 como urbano, mas como pretérita urbana. Essa definição foi sugerida por Milton Santos na obra *A Urbanização Brasileira*, publicado em 1993. Para o geógrafo, urbano pretérito é uma fase colonial de urbanização, onde o surgimento das vilas era marcado por forte incidência das dinâmicas rurais e agrícolas sobre a cidade.

As fotografias que serão dispostas ao longo dos subcapítulos foram coletadas no acervo do Museu Municipal Irmã Celina Schardong nas pastas das vistas urbanas. Encontramos duas fotografias referentes aos primeiros anos da colonização. A mais antiga registrada em nome da Comissão de Terras e Colonização, datando do ano de 1913, anexada à relatório anual (Fotografia 1).

Fotografia 1 – Vista do povoado Barro, no lado esquerdo, estação ferroviária, 1913.



Fonte: Museu Municipal Irmã Celina Schardong.

A fotografia é um panorama da estação férrea Barro e das primeiras habitações em madeira. O fotógrafo deu destaque ao desmatamento na área; serviço indispensável aos colonos que careciam de superfície para plantio.

Os primeiros anos de uso do solo eram complicados pois demandavam paciência e muita força braçal dos habitantes. Ao desembarcarem no recinto as famílias se encontravam em meio a uma densa área de mata cuja única linha desmatada era a baliza férrea e o quadro da estação. Aos colonos o estado cedia o prazo de um mês para a construção do “rancho” e a desocupação do alojamento dos (i)migrantes. Nesse termo, munidos de serrote, machado e enxada as famílias derrubavam as árvores em seus lotes e a madeira já era utilizada na construção dos imóveis, do alicerce à cobertura.

A madeira poderia ter sido uma boa fonte de renda aos colonos pioneiros, mas em verdade foi só a partir de 1930 quando uma quantidade maior de madeireiras começaram a se instalar na região e o produto passou a escassear, barateando o seu beneficiamento. Além disso, nos primeiros anos de colonização haviam apenas duas vias de transporte da madeira: a férrea e a fluvial. A abundância de madeira *in natura* e derrubada aponta, inclusive, a dificuldade que os colonos tinham em limpar os terrenos.

O registro a seguir (Fotografia 2) é uma das primeiras imagens que constam a atuação da Companhia Colonizadora Luce, Rosa no povoado de Barro.

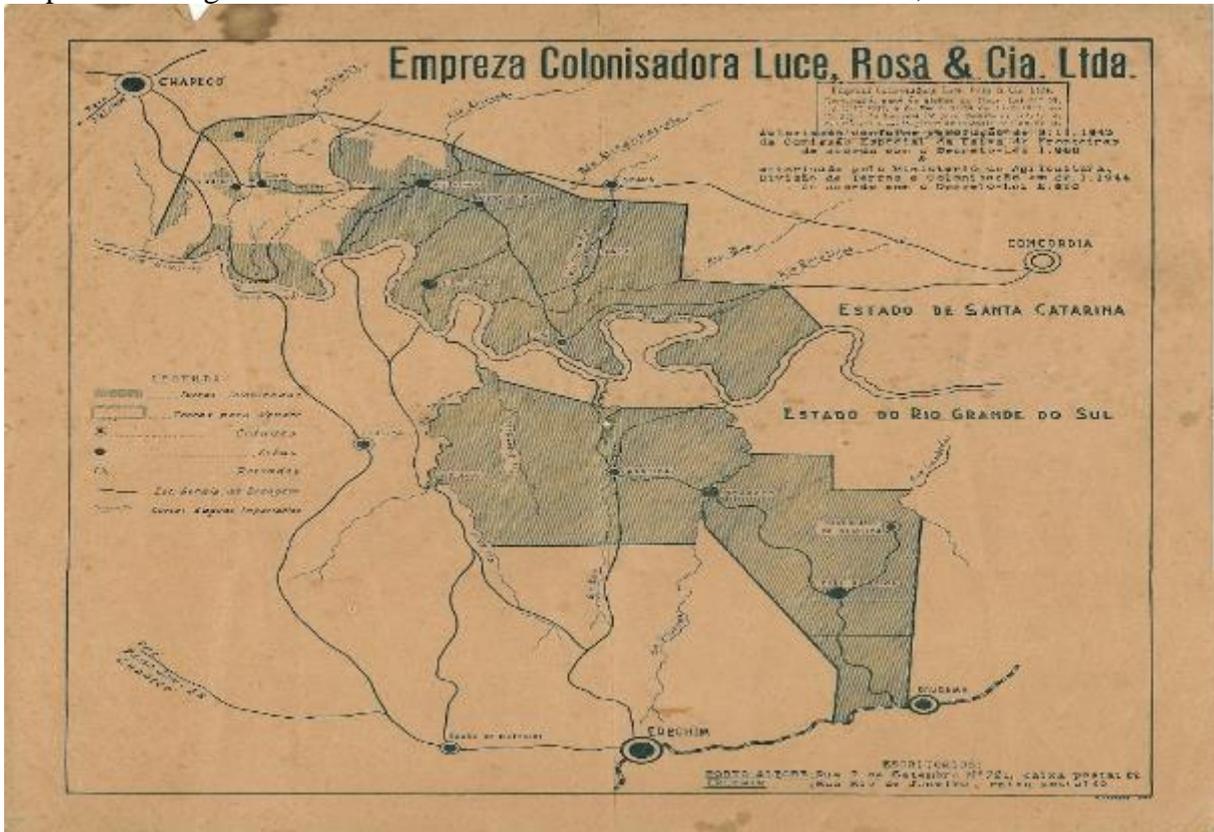
Fotografia 2 – Panorama da estrada que cruzava as terras da Companhia Colonizadora Luce, Rosa. “Transporte dos Colonos”. Década de 1910.



Fonte: Museu Municipal Irmã Celina Schardong.

Instalada próxima da estação férrea, uma das primeiras ações da Companhia foi abrir uma via¹ que saía de Barro e se dirigia até o rio Uruguai, atravessando toda a área de propriedade da Colonizadora (Mapa 2).

Mapa 2 – Cartografia da década de 1930. Terras da Colonizadora Luce, Rosa & Cia. Ltda.



Fonte: pequenoseareiro.

Atuando como promotora imobiliária, a Colonizadora se preocupava em investir na acessibilidade e usou isso como um mecanismo que abonava à terra maior valor de troca. Devido a isso a estrada que cruzava as colônias da Empresa foi um investimento de fundamental importância para a valorização terrena, visto que era o principal ramal de circulação dos colonos para as terras. No início do século XX, fornecer qualidade de vida nas colônias era uma forma de facilitar a negociação dos lotes. Apresentar uma boa infraestrutura funcionava como propaganda e era levada até o público alvo através de meio impresso ou oral, em território nacional e estrangeiro.

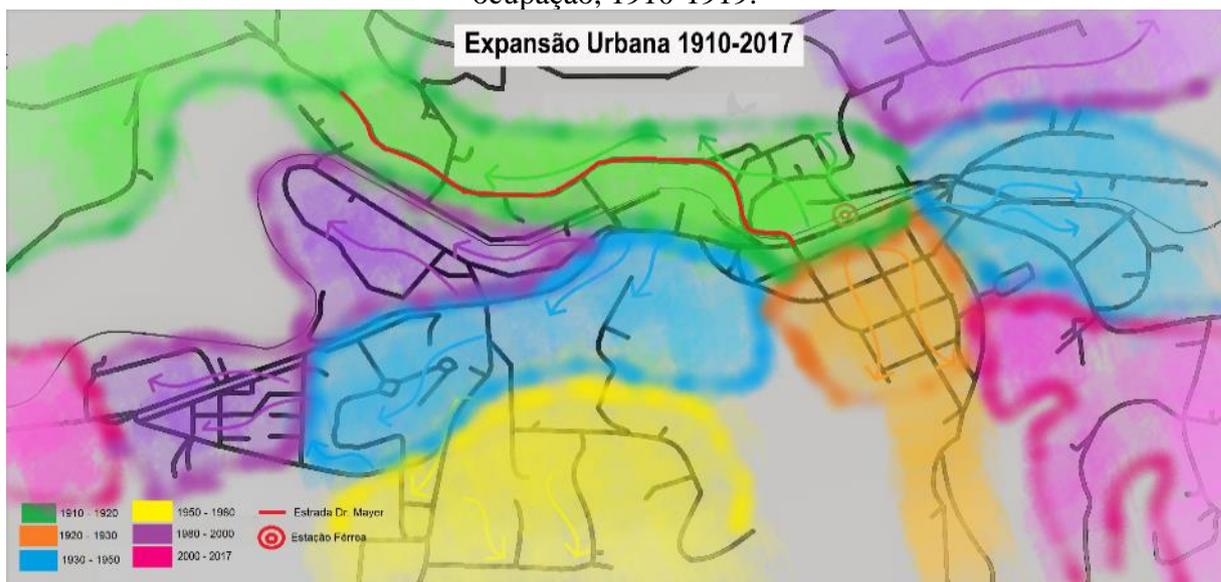
A fotografia, sobretudo a que estamos analisando, pode ser examinada dentro de uma lógica propagandista, haja vista que tanto os indivíduos quanto os animais estão parados em pose para o registro. Além disso, o recinto limpo, via de acesso aberta, meios de locomoção e,

¹ A referida via de circulação era a estrada Dr. Mayer. Ela foi o primeiro caminho aberto no povoado além da linha férrea. Essa estrada cruzava as terras da Luce Rosa, ligando o povoado Barro a Itá.

principalmente a igreja, estão dispostos de forma harmônica; tudo isso com a finalidade de mostrar aos colonos um ambiente promissor para fixar morada.

Anunciar boa infraestrutura nas propagandas era um método corriqueiro das empresas colonizadoras, mas nem sempre todos os serviços prometidos por elas realmente estavam em execução. A análise fotográfica da primeira década de colonização em Barro (1909-1920) revela que ao contrário do que as propagandas da Luce, Rosa anunciavam o povoado não contava de imediato com assistência religiosa promovida pela empresa, mas em verdade, pelos próprios moradores. Isso devido ao fato de que a primeira capela foi erguida no povoado por volta de 1912, quando a Colonizadora ainda não havia se instalado na região. Além disso, a Luce, Rosa só passou a contribuir com assistência religiosa, de saúde ou ensino a partir da década de 1920.

Mapa 3 – Tendência da Ocupação e Expansão em Barro. Em verde, a primeira área de ocupação, 1910-1919.



Fonte: Google Maps. Elaboração: Sabrina Muller.

O mapa acima (Mapa 3) condensa as modificações que apresentamos ao longo desse tópico, revelando em verde a primeira área de ocupação e expansão urbana no povoado Barro. Destacado em vermelho se estende o traçado da estrada Dr. Mayer, primeira via de circulação aberta além da linha férrea.

4.2 INVESTIMENTOS DE CARÁTER PRIVADO EM UM URBANO DELIMITADO (1919-1930)

Em maio de 1919, o Decreto nº 20 criou oficialmente o Distrito de Barro e delimitou sua área urbana. O referido evento não alterou em nada as bases ou ritmo de ocupação do espaço, se restringindo a um fenômeno administrativo.

Quanto aos usos da área, a partir de 1922 tanto a pressão dos colonos quanto episódios de caráter externo (doenças), fizeram com que a Luce Rosa junto dos franciscanos mendicantes promovesse a construção de uma escola e do hospital. Durante as décadas de 1920 e 1930 os serviços de ensino e saúde foram edificados, de forma que a Companhia fornecia o terreno na Rua Dr. Mayer, e os franciscanos prestavam o serviço.

O fato de ser uma das principais vias de rodagem no povoado e, de possuir em sua extensão o hospital e a escola, fez com que a Rua Dr. Mayer se tornasse um recinto movimentado. Além disso, o poder político (sub-prefeitura) estava localizado no porão da igreja, o que agregou ao espaço um feitiço centralizado.

As duas fotografias a seguir (Fotografia 3 e 4) marcam a passagem da célere colonização realizada pela Luce Rosa e o estado, para um estágio de vertiginoso crescimento econômico no povoado. O último, em razão da ferrovia, da extração madeireira e das cooperativas. Os três fatores – ferrovia, extrativismo e cooperativas – juntos vão agregar à expansão urbana de Barro, mas abrirão atalho para uma recessão na implementação estrutural do espaço.

Fotografia 3 – Vista do Povoado Barro. A direita, estação férrea, 1920.



Fonte: Museu Municipal Irmã Celina Schardong. Elaboração: Sabrina Muller.

Fotografia 4 – Vista do Povoado Barro com destaque ao crescimento imobiliário e ao desmatamento, 1930.



Fonte: Museu Municipal Irmã Celina Schardong. Elaboração: Sabrina Muller.

Ambos registros foram capturados praticamente do mesmo ângulo e nos dão conta da dimensão expressiva do desmatamento no distrito. O primeiro registro foi feito na década de 1920 e nele é possível perceber ao fundo uma considerável área de mata. Adjacente à ferrovia e a casa comercial do Helfestein já existia a estrada vicinal² que ligava Barro ao povoado 13 de Maio (atual município de Áurea). Contudo a perspectiva da imagem, não é possível ver construções na extensão da rua.

Já a segunda fotografia, capturada na década de 1930 revela a existência de uma grande quantidade de construções de madeira rente à rua vicinal. Ademais, a devastação florestal é expressiva, sendo possível ver ao fundo áreas de plantação.

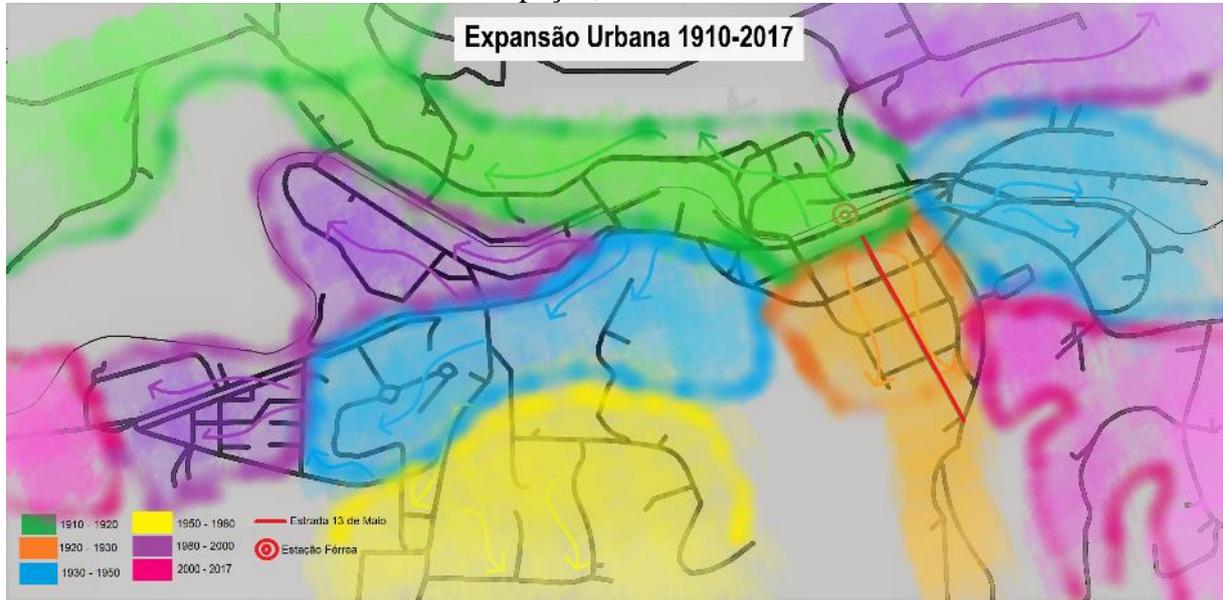
O aumento no extrativismo madeireiro durante a década de 1920 e 1930 possui explicações. A nível local, um dos motivos que provocaram ascentuação na extração foi o fato de que “[...] na década de 1920, no âmbito da calônia Barro, os chamados ‘engenhos de serra’ – as serrarias eram em número de sete” (MUSEU MUNICIPAL, 1914, p. 52). Outro fundamento, em escala nacional é apontado por Eli Maria Bellani (1996) cuja afirma que a Primeira Guerra Mundial ampliou os mercados compradores de madeira do Brasil.

As duas décadas posteriores ao conflito fizeram com que o extrativismo explodisse nos três estados do sul, demandando do Estado a elaboração de normas. A portaria nº46, de 01 de fevereiro de 1940, é um exemplo. Através dela é instituído preço mínimo ao pinheiro, redução

² A referida estrada vicinal se chamava 13 de Maio e foi a segunda via de circulação aberta no povoado além da linha férrea e da estrada Dr. Mayer. A estrada 13 de Maio ligava o distrito Barro ao povoado 13 de maio (atual município de Áurea).

no beneficiamento da madeira, limite de produtores (lenhadores) e de exportação. A sucessiva promulgação de atos normativos fez com que gradualmente o desmatamento diminuísse.

Mapa 4 – Tendência da Ocupação e Expansão em Barro. Em alaranjado, a segunda área de ocupação, 1919-1930.



Fonte: Google Maps. Elaboração: Sabrina Muller.

O mapa acima (Mapa 4) esboça as ideias que desenvolvemos ao longo desse subcapítulo, revelando em alaranjado a segunda área de ocupação e expansão urbana no povoado Barro. Destacado em vermelho se estende o traçado da estrada 13 de Maio, segunda via de circulação aberta além da linha férrea e da estrada Dr. Mayer.

4.3 DISTRITO BARRO: EXTRATIVISMO MADEIREIRO E COOPERATIVISMO (1930-1950)

Conforme observado anteriormente, o desflorestamento provocou e revelou um fenômeno expansionista. Se por um lado a mata fechada ocultava e/ou dificultava a circulação e a ocupação humana no espaço; a derrubada fez com que nas áreas rurais fosse realizado o cultivo extensivo do solo, que passou a render excedentes negociados dentro do povoado. Já a nível urbano, a extração da madeira possibilitou a existência de no mínimo mais uma via de circulação com estabelecimentos comerciais, habitações e hotéis.

Nessas “novas” vias de acesso, normalmente eram instalados estabelecimentos de comércio (bodegas) e hotelaria, assim como conjuntos residenciais; e essas áreas eram tidas

como recintos periféricos dentro da superfície urbana de Barro. Já na área central³, as instituições oficiais (sub-prefeitura, cartório distrital), companhia de força e luz, colégio e hospital estavam concentrados em uma extensão mais antiga da cidade, respectivamente rua Dr. Mayer.

Fotografia 5 – Quadro da estação e depósito de madeira. Ao fundo, Igreja Matriz. Década de 1930.



Fonte: Museu Municipal Irmã Schardong. Elaboração: Sabrina Muller.

Quando nos referimos a área de ocupação, no que tange atividade primordial/administrativa, esses estabelecimentos deveriam ter sido erigidos em torno da estação, haja vista que esse foi realmente o primeiro recinto a ser povoado. Mas em Barro, as adjacências da estação concentraram, em sua maioria, estabelecimentos comerciais (secos e molhados) e hotéis (Fotografia 5).

Segundo Gladis Helena Wolff (2005, p. 211) a localização do comércio no entorno da estação férrea se explicava em decorrência de que

[...] logisticamente, possibilitavam que os colonos descarregassem sua produção, carregassem as compras, esperassem o sino avisar sobre a proximidade do trem e fossem até a estação. Muitas correspondências, telegramas e encomendas eram buscados ou enviados diretamente na estação.

Além disso, esses estabelecimentos comerciais mais próximos da estação férrea, negociavam com a população local e também forneciam mantimentos aos trens diários e seus passageiros. Diante disso, o espaço no entorno do quadro da estação possuía o emblema de “*hall* de entrada” e, fazendo parte desse recinto as edificações também carregavam

³ Classificamos esse recinto como “central” em virtude de ser “[...] uma área de decisões, na qual estão localizados os escritórios centrais, as sedes de empresas e instituições governamentais” (FILHO, 2004, p. 156).

características diferentes das demais. A ilustração a seguir (Fotografia 6) retrata a casa comercial de Pedro e Antonio Lunardi na década de 1930, e dá exemplo da arquitetura das casas de comércio mais centrais.

Fotografia 6 – Rua José Bonifácio e Casa Comercial Lunardi. Final da década de 1930.



Fonte: Museu Municipal Irmã Celina Schardong.

Com várias portas de acesso, geralmente com dois pavimentos, e área para quedar os cavalos, o comércio era preparado a fim de atender (i)migrantes de outras regiões do país vindos de trem e caixeiros viajantes. Por isso, essa

[...] casa de comércio em Estação Barro era muito bem estruturada e possuía mecadorias das mais variadas possíveis; tinha de tudo o que se podia imaginar, desde o tradicional tamanco [...] até a fina capa de chuva “Ideal”, indispensável a todo o viajante. Bebidas como gim, gasosa, cerveja, toda a linha de remédios, tecidos, lenços de seda para homens e mulheres e até finas e modernas camisas que vinham de São Paulo pelo trem (SILVESTRIN, 2002, p. 160).

Além disso, a fotografia revela os frequentadores locais de tais estabelecimentos cujos vestiam ternos e faziam questão de posar para o registro exibindo seus veículos, na época, de tração animal. As duas carruagens que aparecem na imagem são de propriedade da Luce Rosa e Cia Ltda, o que dá a hipótese de ter sido uma imagem encomendada pela própria colonizadora, apesar dela não ter nenhuma relação direta com o respectivo comércio.

Os estabelecimentos comerciais instalados em “novas” vias de acesso, porém mais afastadas, eram conhecidos como “bodegas”. Se tratavam de locais que comercializavam

principalmente com os colonos vindos das áreas rurais do interior do povoado. Ervino Jablonski (2020), em entrevista oral, revela como era a relação entre os colonos e esses estabelecimentos comerciais mais simples:

Quando era época de melancia e melão todos os anos nós vinha arrumar os dentes... Carregava a carroça de melancia e melão; já tinha a bodega do Picolé na descida, na entrada pro frigorífico. Do lado de baixo dessa estrada tinha o Picolé e no lado de cima tinha uma fileira de casa de madeira. Depois, quando nós já morava ali, fizeram mais uma fileira de casa.

[...] Ali no Picolé a gente já descarregava meia carroçada. Nas “popular” tinha um tal de Bombacha que comprava sempre 15, 20 melancias e melão. E chegava lá na Ida, era Ida a mulher do Bevilacqua, lá descarregava o resto. Lá tinha movimento, porque nessa estrada só tinha as duas bodegas, a do Picolé ou lá na Ida.

Além disso esses locais também eram utilizados como centro de parada e para descanso dos cavalos, onde os colonos

[...] aproveitavam pra almoçar. Pegavam uma pescada de latinha pro almoço, um pedacinho de salame, ou banana e pão. Uma cebola com sal e um pouquinho de vinagre, e comia. Almoçava aí. (JABLONSKI, 2020).

Ao contrário dos comércios centrais, as bodegas forneciam aos colonos apenas o essencial para alimentação. Não dispunham de tecidos ou utensílios para cozinha (bules, panelas, etc.), por exemplo. Isso porque essas bodegas eram abastecidas por provisões produzidas pelos próprios colonos e consumidas por eles também.

Durante a década de 1920 Barro chegou a marca de 30 estabelecimentos comerciais registrados (WOLFF, 2005); o que conferia ao povoado referência comercial na região, muitas vezes até maior do que Paiol Grande (Sede da Colônia).

Na segunda metade da década de 1930 surge com força a figura das empresas frigoríficas em solo barrense. A Sociedade de Productos Suínos Barrense (Frigorífico Ipiranga) e a Cooperativa de Produção de Banha Santa Isabel (Cooperativa Agrícola Mixta Santa Isabel). Em uma perspectiva econômica regional, a instalação dessas duas empresas em Barro, foi mais um marco de competição comercial com a Sede.

Não foi exclusivamente o beneficiamento da carne suína, na figura da indústria, que deu origem ao uso extensivo dos seus derivados; mas foi justamente o uso da banha como conservante natural, e a grande criação de suínos que deu possibilidade à existência das empresas⁴. Além do mais, geralmente os sócios das Cooperativas eram indivíduos com algum tipo de ligação comercial no povoado ou com sociedade em frigoríficos já existentes na região.

⁴ Só no ano de 1925, por exemplo, Barro exportou 21.170 toneladas de banha e nessa época ainda não existiam os dois frigoríficos.

Esse foi o caso da Sociedade de Productos Suínos Barrense (Quadro 1), cuja dos 10 sócios subscritores, 3 eram proprietários de comércios locais:

Quadro 1 – Sócios da Sociedade de Productos Suínos Barrense e suas respectivas ocupações.

SÓCIO	OCUPAÇÃO
Dal Bosco – Sciullo & Cia Ltda.	Industrialista
Biázus & Irmãos	Industrialista
João Amandio Sperb	Comerciante
Hiram Sampaio	Não identificado
Antônio	Não identificado
José	Não identificado
Benedicto e Pio Zago	Comerciantes
João Crescêncio Fontana	Proprietário de terra
Achyller Pinto de Souza	Industrialista
Marcos Finocchio	Médico

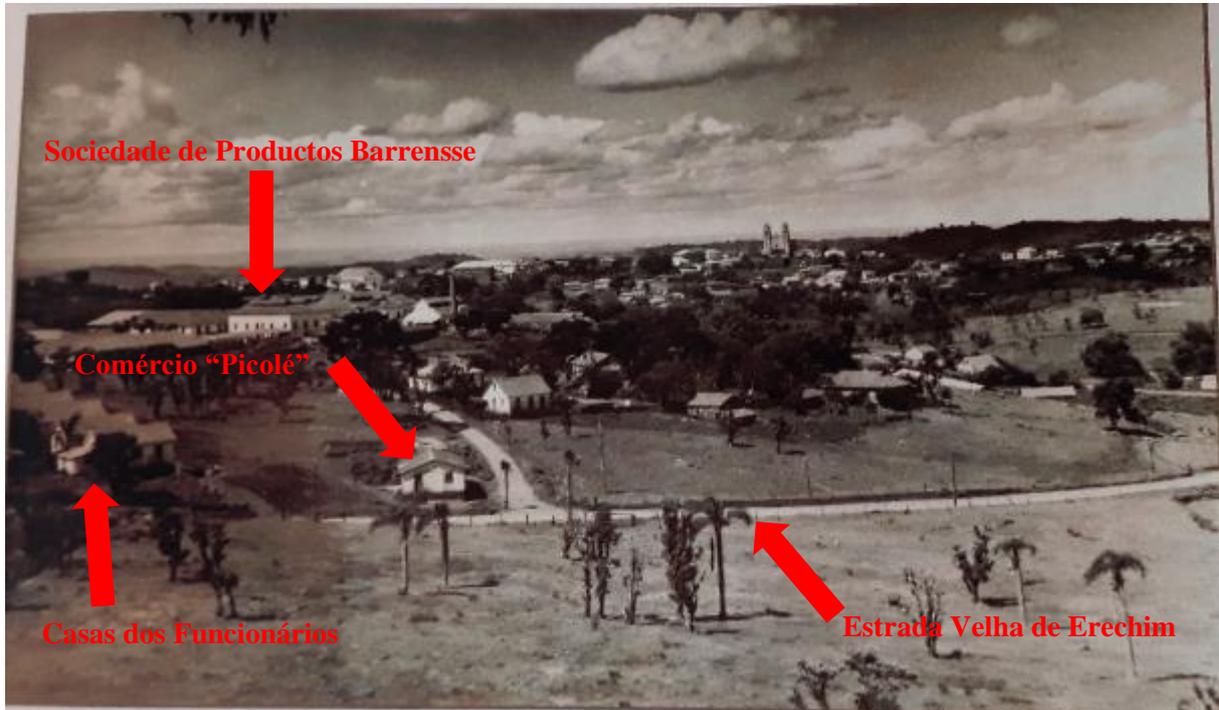
Fonte: Ata de Pré-emancipação, 1953. Elaboração: Sabrina Muller.

Além de, naturalmente, aumentar a circulação financeira dentro do povoado, a instalação dos dois frigoríficos gerou empregos; fato que provocou o deslocamento de muitos colonos para a área urbana de Barro. Anexo ao desenvolvimento industrial, áreas habitacionais e vias de transporte animal/humana foram abertas. Sobre a agitação urbana e o serviço quando da abertura das Cooperativas, Elvira Romano (2020), salienta que

Naquela época era bastante movimento, e por tudo. Tinha os dois frigoríficos, tinha movimento que taloco. E na Cooperativa também, as vezes nós fazia serrão de noite, de manhã, ia na madrugada porque não vencia de despachar carne, linguiça... Mais era linguiça, pra falar a verdade. Salame, linguiça, presunto.

Ainda que localizada ao lado da linha férrea, a Cooperativa de Produtos de Banha Santa Isabel, tinha que levar os produtos até a estação para só então carregar no trem com destino a São Paulo

Fotografia 7 – Vista da Sociedade de Productos Suínos Barrense. No centro antiga estrada de acesso à Erechim.



Fonte: Museu Municipal Irmã Celina Schardong. Elaboração: Sabrina Muller.

A Fotografia 7 é um panorama de parte das instalações da Sociedade de Productos Suínos Barrense (Frigorífico Ipiranga). No centro da imagem é possível perceber a estrada de acesso à empresa e adjacente a ela a bodega “Picolé” mencionada por Ervino Jablonski em parágrafo anterior.

Na margem esquerda do registro aparece uma fileira de casas, todas construídas no mesmo estilo e em madeira. Essas habitações eram cedidas pelo frigorífico para servir de moradia aos seus funcionários; logo era de praxe que nas imediações existissem casas de comércio. Outro elemento que a Cooperativa agregou ao espaço foi a iluminação.

Ainda que no povoado, desde 1934, a Empresa Força e Luz Barrense Ltda, fornecesse luz ao povoado, o fazia de forma muito precária e desigual. Por isso, em 1944 houve o desligamento dos serviços da empresa e no mesmo ano o Frigorífico ficou responsável pelo fornecimento de energia, realizando esse serviço até 1949.

Outro elemento que mudou ao longo das décadas de 30, sobretudo 40, foram os materiais utilizados na construção dos edifícios (comerciais ou residenciais). A primeira estrutura em alvenaria no povoado, foi a estação férrea. Nas principais ruas do povoado, e por muitos anos, as edificações eram feitas em madeira. Mas, tanto a bonança comercial quanto o

cooperativismo industrial fizeram com que a circulação e acumulação monetária de alguns indivíduos aumentasse, dando possibilidade destes sujeitos cingirem construções em alvenaria. Além disso, a promulgação do Código de Posturas de 1931 e o Código de Construções de 1933, que regulamentavam a construção de edifícios no centro de Boa Vista do Erechim (Sede), acabaram influenciado a disposição arquitetônica dos povoados⁵.

Registros fotográficos do final da década de 1930 e, especialmente, 1940 revelam quais e aonde estavam localizadas as primeiras edificações em alvenaria.

A Fotografia 8 dá conta de uma das primeiras construções em calhamaço que se tem registro no povoado. Sua construção iniciou em 14 de setembro de 1940 e em poucos anos já estava concluída, servindo de depósito e comércio de cereais. A rua adjacente à construção, era uma das alças de acesso à Paiol Grande (Estrada Velha que passava por Balisa). Além disso, no lado superior, próximo ao edifício, passava a linha férrea.

Fotografia 8 – Em alvenaria: casa comercial da Família Bernanrdon e dos Cereais Ouro Preto. Fotografia da década de 1940.



Fonte: Museu Municipal Irmã Celina Schardong. Elaboração: Sabrina Muller

O próximo registro (Fotografia 9), por sua vez, diz respeito à residência de João Vandrúsculo (proprietário de uma fábrica de bebidas) que começou a ser construída em 27 de

⁵ Ainda que influenciados, os povoados tendiam a seguir estilos e normas arquitetônicas mais tarde do que na Sede. Em Barro, por exemplo, as construções em estilo “ecletismo” foram uma tendência a partir da década de 1940. Em Boa Vista, por sua vez, esse estilo se manifestou já no início da década de 1930.

abril de 1944. Esse prédio também estava localizado na velha estrada de acesso à Erechim, porém não tão próximo à linha férrea.

Fotografia 9 – Casa de João Vendrúsculo. Fotografia da década de 1940.



Fonte: Museu Municipal Irmã Celina Schardong.

Fotografia 10 – Vista parcial da praça em frente à Igreja Matriz São Luiz Gonzaga, e rua Dr. Mayer. Década de 1940.



Fonte: Museu Municipal Irmã Celina Schardong. Elaboração: Sabrina Muller.

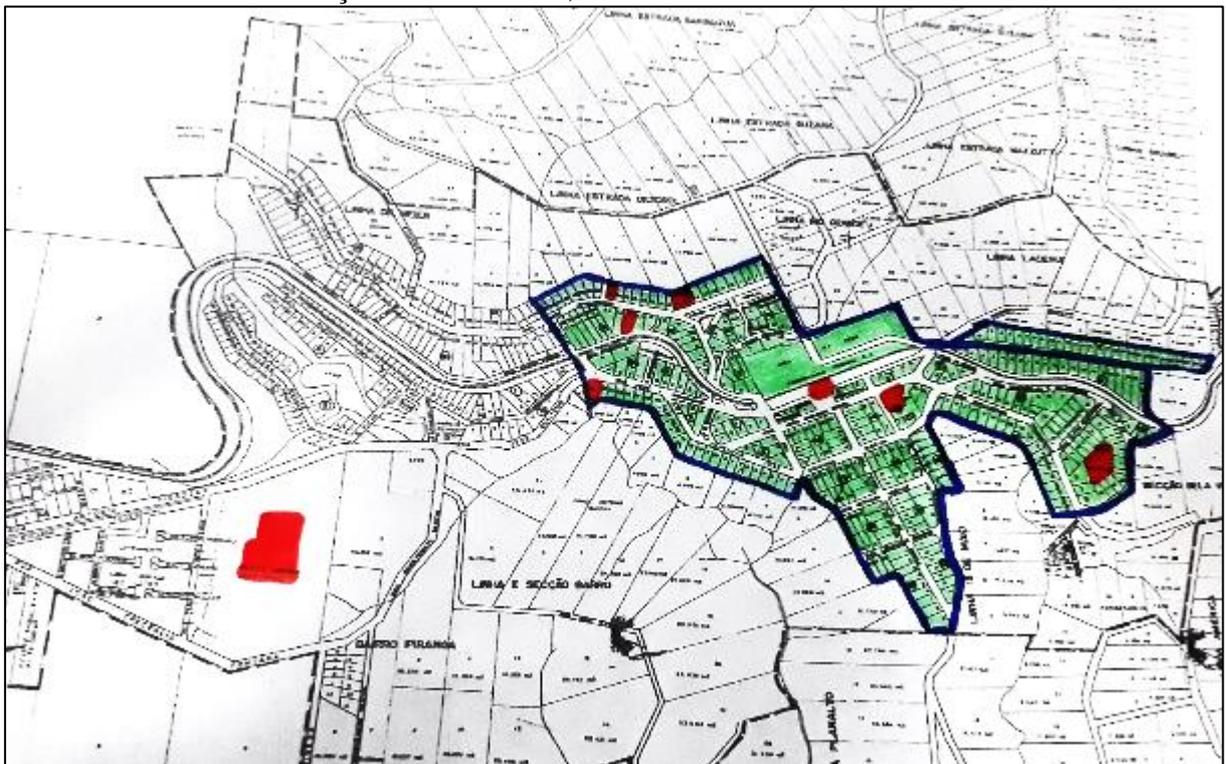
A Fotografia 10 é um panorama de parte da praça em frente à Igreja Matriz São Luiz Gonzaga e da Rua Dr. Mayer. Nesse espaço é possível observar outras três construções de alvenaria erguidas, todas, na década de 1940.

No centro da imagem é possível observar o Clube Aliança, estruturado em dois pavimentos e com fachada bem ornada. Na margem esquerda da fotografia em cores claras está a residência de João Amandio Sperb. E, no alto da imagem em cores mais escuras encontra-se a habitação de Marcos Finóchio.

Essas três edificações seguem uma linha arquitetônica semelhante, com dois pavimentos, linhas retas e uma mistura de movimentos artísticos que dão origem a um estilo arquitetônico conhecido como Eclétismo.

O Mapa 5 esboça a localização das construções de alvenaria montadas em Barro até a década de 1940. Como pode ser observado, os pontos em vermelho estão localizados na rua Dr. Mayer (atual José Sponchiado), Rua José Bonifácio e nos lotes onde se instalaram os frigoríficos.

Mapa 5 – Traçado da área urbana de Barro em 1938. Em vermelho destaque para as construções em alvenaria; em verde edifícios de madeira.



Fonte: Prefeitura Municipal de Gaurama. Elaboração: Sabrina Muller.

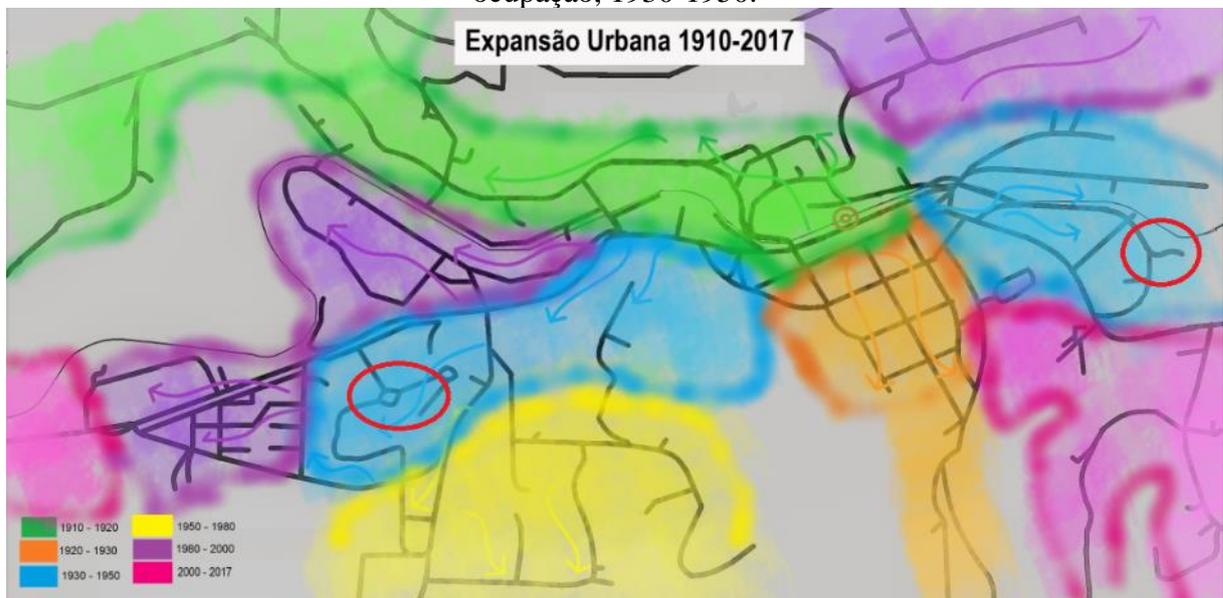
Mesmo após o início da construção dos primeiros edifícios em alvenaria, as estruturas em madeira predominaram no solo barrense, sendo durante mais da metade do século XX o

tipo edílico de base. A gradual alteração do tipo edílico demonstra não apenas um fator macro, já que a alvenaria passava a ser gradualmente uma tendência arquitetônica, industrial e econômica; mas um apontador em microescala de distinções econômicas dentro do distrito. Em regiões interioranas a indústria do ramo de construção civil ainda era pouco desenvolvida, o que tornava o material de construção mais custoso.

Apesar de termos observado, até agora, uma expansão urbana e um ascendente crescimento comercial/econômico, Barro não sofreu grandes investimentos urbanos em seu espaço entre as décadas de 1930 e 1940. A colônia era extensa, muitos eram os povoados e, no ano de 1939 o estado passou a responsabilidade pelos núcleos coloniais (distritos) aos municípios. Diante disso, ainda que possuíssem subprefeitura e subprefeito, os povoados da Colônia Erechim dependiam das deliberações da Sede (Boa Vista do Erechim).

Administrar um território tão extenso e cada vez mais complexo demográfica e socialmente não era simples, visto que a administração municipal precisava equilibrar as receitas orçamentárias anuais entre doze distritos⁶. Diante disso, muitos povoados deixavam de receber investimentos na compra de maquinário, manutenção ou abertura de estradas, por exemplo sendo um desses distritos, Barro.

Mapa 6 – Tendência da Ocupação e Expansão em Barro. Em azul, a terceira área de ocupação, 1930-1950.



Fonte: Google Maps. Elaboração: Sabrina Muller.

⁶ José Bonifácio (ex-Erechim), Barro, Carlos Gomes (Nova Polônia), Cotegipe, Marcelino Ramos, Nova Itália, Paulo Bento, Princesa Isabel (Treze de Maio), Quatro Irmãos, Rio Novo, São Valentim, Severiano Almeida (Nova Itália) e Viadutos.

O mapa acima (Mapa 6) revela o que foi apresentado nesse subcapítulo, exibindo em azul a terceira área de ocupação e expansão urbana no povoado Barro. Destacado em círculos em vermelho os locais onde se instalaram as empresas frigoríficas que influenciaram no surgimento de áreas habitacionais.

4.4 A CIDADE E A EMANCIPAÇÃO (1950-1980)

A deficiência administrativa levou a população de Gaurama (ex-Barro) a iniciar uma lenta e conturbada campanha pró-emancipação. Os envolvidos na Direção Executiva do processo eram em sua maioria indivíduos ligados a alguma atividade comercial no distrito, conforme revela o Quadro 2:

Quadro 2 – Direção Executiva da Pré-Campanha de Emancipação.

Membro	Profissão
Antônio Burin	Oficial de Cartório
Raphael Burin	Industrialista
Hugo Mendel	Agricultor
José Bevilacqua	Comerciante
Carlos João Busanelo	Industrialista
Jacob Albano Schneider	Dentista
Oscar de Paris	Industrialista
Amandio A. Helfenstein	Comerciante
Crescenciano de Paris	Comprador, vendedor e exportador de madeira
João Amandio Sperb	Comerciante
Antonio Sirena	Industrialista (moinho e serraria)
Benedito Zago	Comerciante
Francisco Sperandio	Comerciante

João Vendrusculo	Industrialista
Francisco E. Kleinübing	Comerciante
Amos de Paris	Comerciante
Pio Zago	Comerciante
Mieceslau Thimóteo Rajeski	Industrialista

Fonte: Livro de Atas Pró-Emancipação. Elaboração: Sabrina Muller.

O processo durou aproximadamente dois anos, da primeira reunião da Comissão pró-emancipação até a primeira eleição regular. Nesse processo houve, inclusive, um mandato de segurança contra a emancipação do distrito, emitido pelo prefeito de Erechim, José Mandelli Filho.

Sobre esse período, Paulo Carlos Moron (2000) apontou em seu diário pessoal que pela razão de Gaurama estar progredindo consideravelmente, a administração de Erechim se posicionava contrária a emancipação do distrito. Segundo ele,

As autoridades erexinenses achavam que o crescimento geral de Barro, com o tempo, poderia prejudicar o crescimento da sede municipal. Para evitar que esse distrito crescesse mais do que Erechim e mais tarde isso não incomodasse, encontraram um jeito de frear um pouco a marcha do progresso de Barro. O jeito era muito simples: dever-se-ia concorrer com o comércio de Barro, que abastecia o interior do Alto Uruguai, canalizando tudo para Erechim.

Para tanto,

[...] sem perda de tempo, começaram a abrir estradas, ligando Três Arroios a Erechim, Dourado a Erechim, Rio Novo a Erechim, Aurea a Erechim. Uma vez abertas as estradas, não houve dúvidas e em pouco tempo corria tudo de acordo com a previsão.

Devido ao fato de Gaurama ser submisso à administração municipal, manter o distrito sob seu mando era uma garantia de controle exercido por Erechim. Entretanto, em 20 de dezembro de 1953 ocorreu o plebiscito que aprovou a emancipação e no dia 15 de dezembro de 1954 a lei nº2.530 criou o Município.

Uma das primeiras providências de Gaurama, enquanto município, foi ajustar o preço dos lotes urbanos e chácaras (Tabela 1) através da Lei nº5, de 31/03/1955, aumentando consideravelmente, em novas leis municipais:

Tabela 1 - Cotação do Valor dos Lotes Urbanos e Chácaras de 1955 a 1966.

Cidade	1955	1956	1960	1964	1966
Lotes Urbanos m ²	Cr\$ 5,00	Cr\$ 9,00	Cr\$ 20,00	Cr\$ 40,00	Cr\$ 80,00
Lotes urbanos de esquina m ²	Cr\$ 6,50	Cr\$ 10,00	Cr\$ 22,00	Cr\$ 45,00	Cr\$ 100,00
Chácaras m ²	Cr\$ 0,50	Cr\$ 0,80	Cr\$ 2,00	Cr\$ 3,00	Cr\$ 8,00

Fonte: HISTÓRICO de Gaurama, 1988. Elaboração: Sabrina Muller.

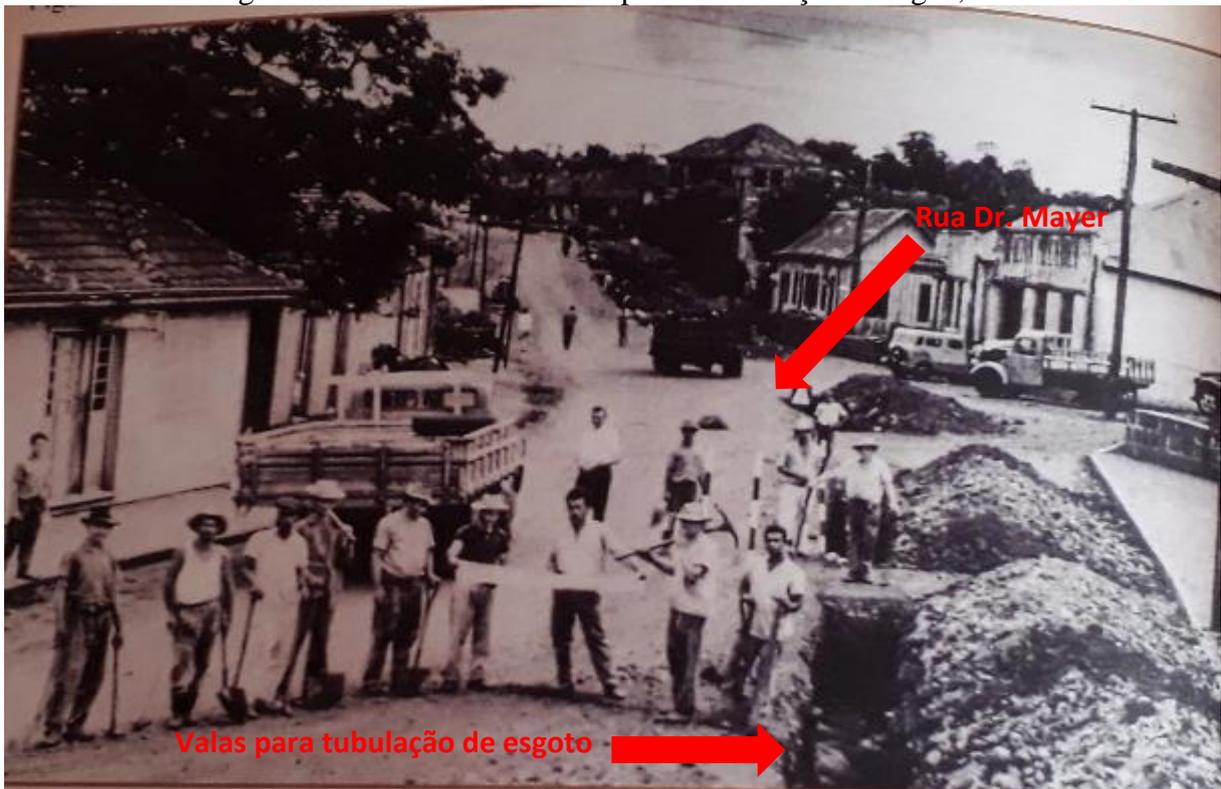
Contudo, são as fotografias que nos revelam o quanto foi reformulado na área urbana de Gaurama após a emancipação. As duas fotografias a seguir (Fotografia 11 e 12) registram parte da rua Dr. Mayer e foram capturadas do mesmo ângulo. A primeira exhibe carreata em comemoração à vitória da emancipação em dezembro de 1953. A segunda, por sua vez, mostra a abertura de valas para a colocação de tubos de água para canalização, em 1967.

Fotografia 11 – Carreata de Comemoração a Vitória da Emancipação. Rua Dr. Mayer, 1953.



Fonte: Museu Municipal Irmã Celina Schardong. Elaboração: Sabrina Muller.

Fotografia 12 – Abertura de valas para Canalização de Água, 1967.



Fonte: Museu Municipal Irmã Celina Schardong. Elaboração: Sabrina Muller.

Entre as duas imagens há uma diferença de 14 anos. Nesse período de administração circunscrita é possível perceber algumas mudanças a nível urbano. A primeira fotografia, de 1953 revela uma via de circulação precária para um distrito que era interseção comercial na região. Estreita, de terra e sem passeio, onde em uma das laterais da via existia uma barranca e na outra margem uma vala profunda, a Rua Dr. Mayer se apresentava como a principal avenida do distrito.

A segunda imagem, de 1967, apresenta uma rua com fisionomia diferente. Bem mais larga, com pavimentação nas duas laterais e, apesar de continuar em terra, começando a receber as tubulações para posteriormente ser calçada.

Uma das principais ações da municipalidade foi investir sumariamente na pavimentação das ruas da área urbana e rural. Tal conduta se dava em resposta à precariedade que as vias urbanas apresentavam, sobretudo, em períodos de alta pluviometria.

A Fotografia 13 registra a Rua José Bonifácio em um dia chuvoso de inverno, na década de 1960. É possível perceber a quantidade de lama que se acumulava nas laterais da via, local que deveria ser utilizado pelos habitantes para se deslocar, mas que não dava condições de circulação. Por isso, os indivíduos eram obrigados a realizar o percurso pelo meio da estrada

onde a terra era mais firme devido ao fluxo dos veículos, conforme pode ser observado na imagem.

Fotografia 13 – Rua José Bonifácio. Dia de Inverno na Década de 1960.

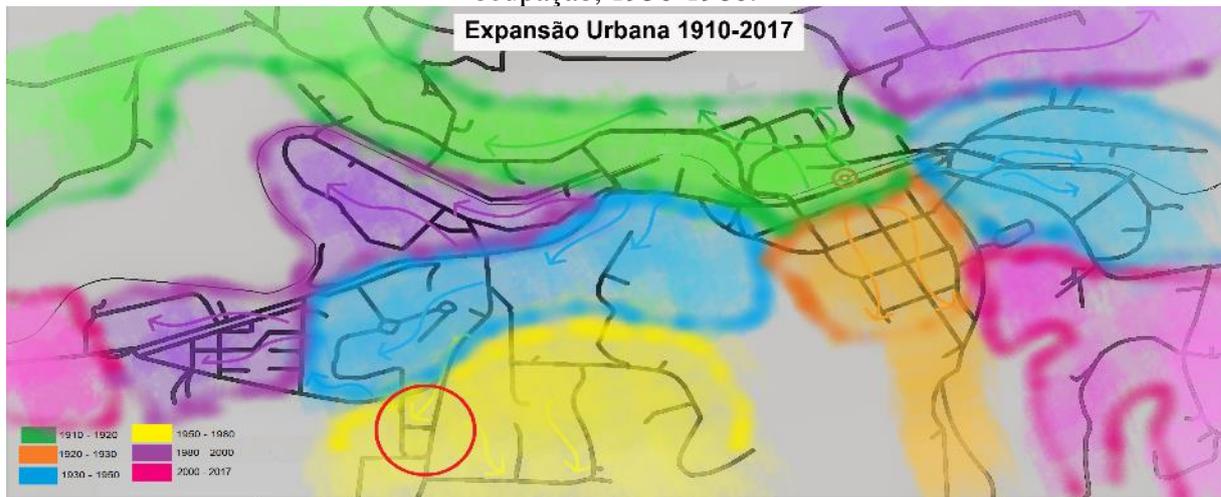


Fonte: Museu Municipal Irmã Celina Schardong. Elaboração: Sabrina Muller.

A situação das estradas do município era tão comprometida quando ocorreu a emancipação do município, que em 25 de maio de 1955 o governo promulgou a Lei nº 14, cuja no Art. 1º exprimia que era

Proibido, nas estradas públicas do município, não consolidadas, nos dias de chuvas, o transito de quaisquer veículos automotores de transporte de carga e o de veículos de tração animal de peso superior a 500 kilos, excetuando-se o transporte de doentes, devidamente comprovado aos quais são permitidos até 1.000 kilos.

Mapa 7 – Tendência da Ocupação e Expansão em Barro. Em amarelo, a quarta área de ocupação, 1950-1980.



Fonte: Google Maps. Elaboração: Sabrina Muller.

O mapa acima (Mapa 7) condensa as modificações que apresentamos ao longo desse tópico revelando em amarelo a quarta área de ocupação e expansão urbana no povoado Barro. Destacado em um círculo em vermelho se encontra o local onde foi erigido o primeiro loteamento popular no município.

4.5 GAURAMA: PROJETOS RESIDENCIAIS E DE MANUTENÇÃO DE ESTRADAS (1980-2000)

Os serviços de pavimentação foram desenvolvidos rapidamente, pelo menos nas ruas centrais da cidade. Na década de 1970 a Rua José Bonifácio já havia sido toda pavimentada, conforme revela a Fotografia 14.

Fotografia 14 – Rua José Bonifácio Pavimentada. Década de 1970.



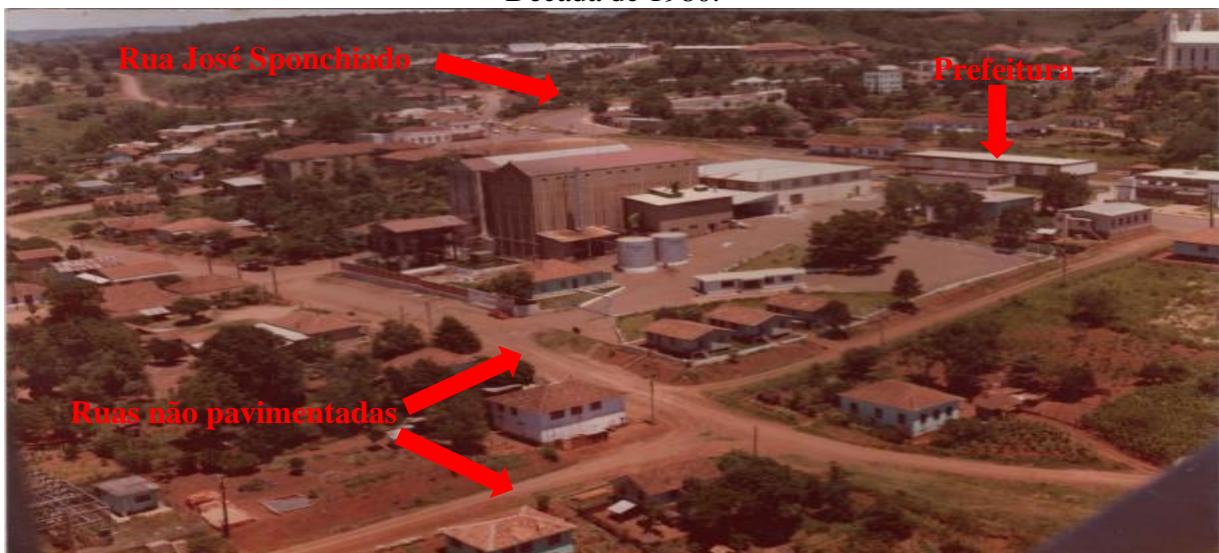
Fonte: Museu Municipal Irmã Celina Schardong. Elaboração: Sabrina Muller.

Não foi só o esforço na solicitação e aplicação de verbas estaduais que fez a urbanização se desenvolver, mas também as alíquotas cobradas dos habitantes para abonar diversos custos e serviços. Um dos exemplos foi a Lei nº44, de 02 de junho de 1966, cuja criava e regulava a Taxa de Calçamento.

Ainda assim, a regularização e pavimentação das vias urbanas do município se desenvolveram de forma gradual, dando ênfase ao calçamento de ruas principais (centrais). As duas fotografias a seguir revelam, por um lado, quanto a centralidade possuía caráter referencial e, porque não, hierárquico; ao mesmo tempo que demonstra o tanto que essa centralidade pode ser, e foi, móvel.

Na primeira imagem (Fotografia 15) observa-se ao fundo, quase no centro da fotografia, a Rua José Sponchiado (Dr. Mayer) pavimentada. Pelo menos até a década de 1970 foi essa a principal via de circulação de mercadorias e pessoas; além de estar localizado nela, os principais poderes políticos. Já na segunda ilustração (Fotografia 16) é possível observar, também, a Rua João Amadio Sperb, calçada. No segundo caso, se trata da via em que os imóveis pertencentes a prefeitura e o *Fórum* foram construídos. Nesse cenário a Rua João Amadio Sperb e suas cercanias se tornaram o centro do município; não só devido ao fato de os poderes políticos estarem ali localizados, mas de se tratar de um recinto pensado para ser central devido aos investimentos em urbanização. A diferença nas características estruturais da rua (pavimentada ou não) revelam uma hierarquia levemente disfarçada. Isso significa que quanto mais investimento sob o solo, mais alto seu valor venal; por consequência, mais homogêneo econômica e funcionalmente ele se torna.

Fotografia 15 – Imagem aérea da área central de Gaurama. Ênfase para as ruas de terra.
Década de 1980.



Fonte: Museu Municipal Irmã Celina Schardong. Elaboração: Sabrina Muller.

Fotografia 16 – Imagem aérea da área central de Gaurama. Destaque para a rua pavimentada em frente à prefeitura. Década de 1980.



Fonte: Museu Municipal Irmã Celina Schardong. Elaboração: Sabrina Muller.

Com a pavimentação veio também uma gradativa mudança nos veículos que transitavam pela cidade, haja vista que em 1970 já não se nota mais a presença de carros à tração animal. Essa observação não significa que as carroças deixaram de ser utilizadas, mas aponta que o veículo mais utilizado nos transportes de cargas, por exemplo, eram as camionetas. No registro da Rua José Bonifácio pavimentada (Fotografia 14), próximo ao edifício dos Cereais Ouro Preto é possível observar vários veículos parados carregados de bolsas. Um caminhão tinha mais capacidade de transporte e prestava o serviço mais depressa do que uma carroça movida à tração animal.

Outro feito que ocorreu com a emancipação foi a expansão das áreas de habitação, sobretudo próximo da Sociedade de Productos Suínos Barrense (Frigorífico Ipiranga) e da Cooperativa de Produção de Banha Santa Isabel (Cooperativa Agrícola Mista Santa Isabel); e mais tarde no entorno da área industrial do município.

Fotografia 17 – Loteamento Popular no Bairro Ipiranga, 1965.



Fonte: Museu Municipal Irmã Celina Schardong. Elaboração: Sabrina Muller.

A Fotografia 17, de 1965, registra as casas populares financiadas e construídas pela prefeitura no Bairro Ipiranga. Adjacentes à estrada Gaurama-Erechim, o loteamento foi construído a fim de fornecer moradia para famílias que trabalhavam no Frigorífico e não possuíam residência. A realização do empreendimento só foi possível pela proximidade da administração municipal com a realidade do espaço, diferente de quando esse espaço era dirigido à distância. Outros quatro loteamentos foram projetos entre 1980 e 2000. Foram eles: Vila Verde (1986), Linda Morada (1994) e Vila Esperança (1994).

Uma das necessidades do município também era ter prédio próprio para a prefeitura. Conforme já foi mencionado, até a década de 1970, o governo de Barro e Gaurama, respectivamente nas figuras máximas do subprefeito e prefeito, era realizado em locais não previstos para serem sede administrativa. O subsolo da igreja serviu de espaço para a prefeitura até a década de 1960, quando o governo foi transferido para o prédio que havia sido residência de João Vandrúsculo. Da década de 1960 até 1976 a prefeitura permaneceu neste local, para depois mudar para a atual localização (Rua João Amandio Sperb). Foi a partir da aquisição de verba orçamentária que a municipalidade, em 1974,

Junto ao Ministério dos Transportes e RFFSA compra o terreno onde atualmente se situam: Praça Carlos João Busanello, Câmara de Vereadores, Prefeitura, Agência da

FIBGE, CEE, EMATER, Banrisul, Brigada Militar, Posto de Saúde e CRT. Preço Cr\$ 13.000 em cinco prestações (HISTÓRICO de Gaurama, 1988, p. 34).

A nova estratégia da administração de Gaurama era condensar os serviços de caráter político/jurídico em um mesmo espaço. Isso devido ao fato de que até então o Fórum do município também funcionava em um edifício construído originalmente para servir de moradia (Residência de Marco Finóchio). Tanto a prefeitura quanto o *Fórum* alugavam espaços que caracteristicamente não foram planejados para aquelas funções e que também não eram públicos. O deslocamento desses dois órgãos provocou uma alteração na centralidade do município. Conforme pode ser observado na Fotografia 18, eventos oficiais, de caráter cívico passaram a ser realizados da extensão da Praça Carlos João Busanello até o *Fórum*.

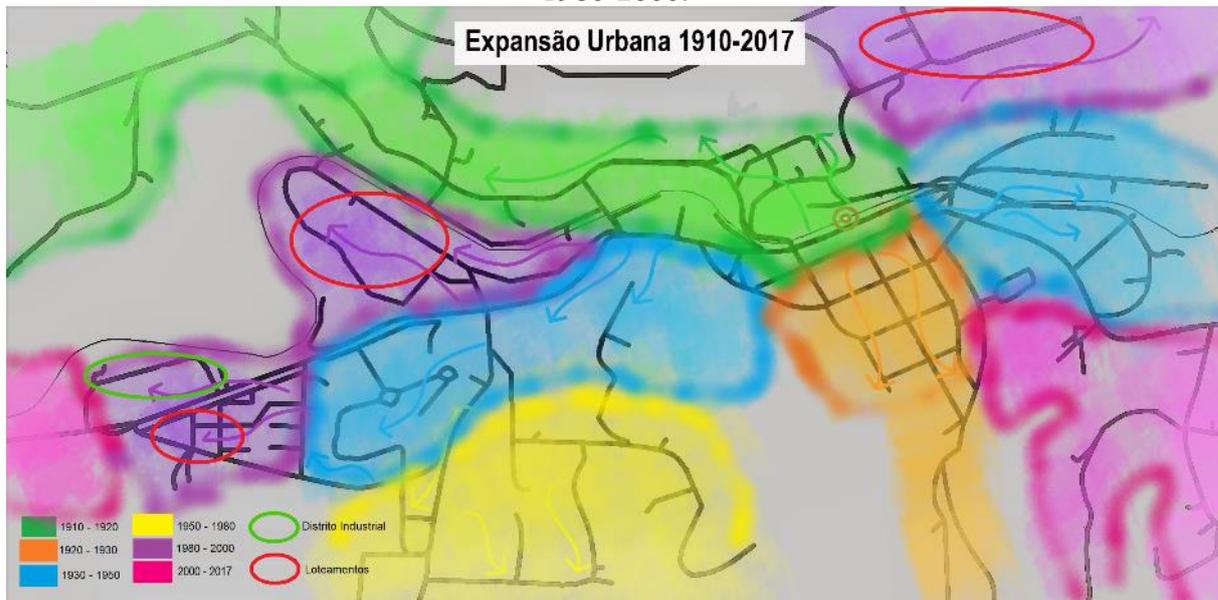
Fotografia 18 – Desfile Cívico de Sete de Setembro; largo da prefeitura, 2000.



Fonte: Arquivo pessoal de Sabrina Muller.

A década de 1970 também marcou o início do desmantelamento da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), que gradativamente deixava de ser um mecanismo de transporte importante; o que, por sua vez, acabou tirando de Gaurama a insígnia de entreposto comercial na região. Logo, os diversos hotéis foram fechando, assim como muitos comércios. Nas vias de acesso e no interior do município circulavam cada vez mais veículos automotores, que transportavam mercadorias até as colônias e delas para a área urbana com muito mais agilidade. Aí, a diversidade dos serviços (hotéis, casas de pasto, bodegas, casas de comércio, etc.), que outrora existiam em quase todas as vias, cada vez mais se condensavam em duas ruas específicas da cidade: a Rua José Bonifácio e João Amandio Sperb.

Mapa 8 – Tendência da Ocupação e Expansão em Barro. Em roxo, a quinta área de ocupação, 1980-2000.



Fonte: Google Maps. Elaboração: Sabrina Muller.

O mapa acima (Mapa 8) revela o que foi apresentado nesse subcapítulo, exibindo em roxo a quinta área de ocupação e expansão urbana no povoado Barro. Destacado em círculos em vermelho estão os loteamentos Vila Verde, Linda Morada e Esperança, e em verde a área onde foi construído o Distrito Industrial do município.

4.6 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E EXPANSÃO URBANA (2000-2017)

Apesar de a RFFSA ter encerrado as atividades no norte do estado no final dos anos noventa - o que invariavelmente alterou algumas dinâmicas comerciais – Gaurama continuou tendo investimentos industriais dentro do município. O distrito industrial estava criado e, salvo os frigoríficos que a essa altura já haviam falido, as pequenas indústrias não dependiam tanto do transporte ferroviário. A partir do ano 2000 muitas foram as empresas fundadas no município, a grande maioria no beneficiamento da erva mate

A nível nacional, um dos fatores que contribuíram não só para a fixação e funcionamento de novas indústrias, mas para o aumento populacional e urbanização foi o êxodo rural. Seu ápice foi entre 1970 e 1980 quando 30% da população rural se transferiu para a cidade. Após o ano de 2000 o êxodo rural passou a perder força devido a retirada das políticas de substituição de importação (ALVES, Et.al, 2011).

Em Gaurama o fluxo de pessoas que largaram o campo e se fixaram na área urbana não se deu em cifras tão acentuadas e não seguiu a onda nacional. De acordo com os dados da

Tabela 2 o aumento demográfico urbano de 1980-1991 caiu 4%⁷, de 1990-2000 subiu 12% e de 2000-2010 aumentou 13%. Enquanto a maior parte das regiões tinham uma diminuição nas taxas de êxodo rural, Gaurama continuava subindo seus números.

Tabela 2 – População Residente nas Áreas Rural e Urbana de Gaurama/RS (1980 – 2010).

PERÍODO	RURAL	URBANA	TOTAL
1980	11.428	2.794	14.222
1991	3.824	2.675	6.499
2000	3.394	2.997	6.391
2010	2.474	3.388	5.862

Fonte: DATASUS Tecnologia da Informação e Serviço do SUS. Elaboração: Sabrina Muller.

As fotografias a seguir dão conta de parte da área urbana do município. A primeira (Fotografia 19) data de 1987 e a segunda imagem (Fotografia 20) foi capturada em 2011. A comparação entre ambas revela visualmente o aumento demográfico na área central do município. Na primeira fotografia o recinto atrás da estação férrea não estava habitado, bem como o loteamento em torno da Rua Treze de Maio. Na segunda imagem, por sua vez, ambas áreas citadas estão loteadas e construídas. Outro elemento visível é a arborização na área central, elemento constitutivo da urbanização das cidades pós 1950.

⁷ É necessário destacar que em 1987 e 1992, respectivamente Áurea e Centenário se emanciparam desligando seus territórios de Gaurama; o que fez diminuir a cifra da população considerada urbana.

Fotografia 19 – Imagem aérea de Gaurama, 1987.



Fonte: Museu Municipal Irmã Celina Schardong. Elaboração: Sabrina Muller.

Fotografia 20 – Imagem aérea da área urbana de Gaurama, 2011.



Fonte: Museu Municipal Irmã Celina Schardong. Elaboração: Sabrina Muller.

Apesar da diminuição da população rural, e o visível preenchimento espacial na área urbana, o município continuava tendo uma grande incidência populacional ocupando atividades agropecuárias como revela o Quadro 3.

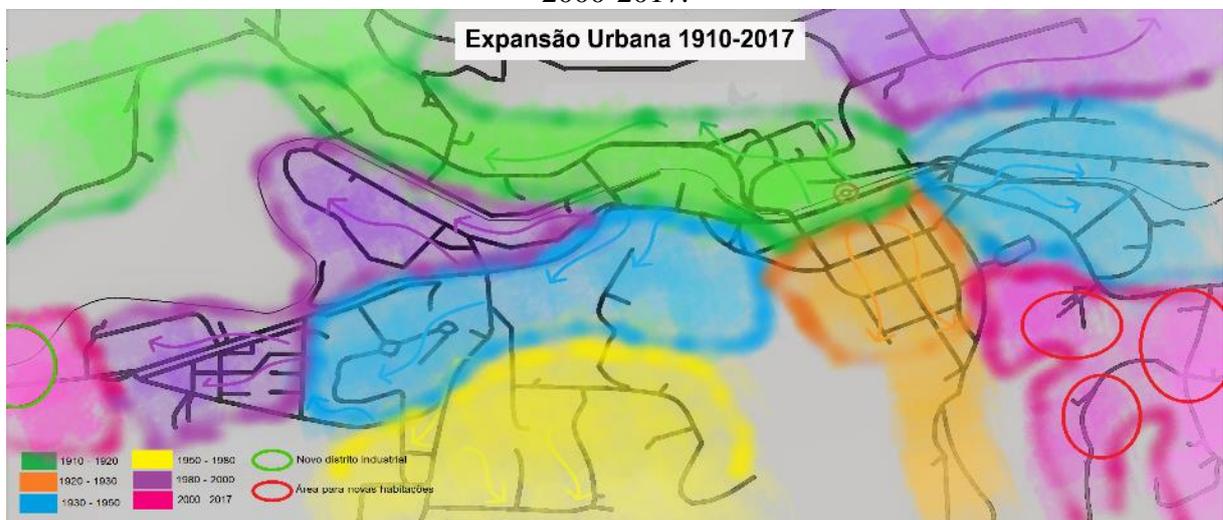
Quadro 3 – Ocupações nos setores de trabalhos ligados ao agrário e urbano, Gaurama (2000-2010).

OCUPAÇÃO	2000	2010
Ocupados no Setor Agropecuário	57,4%	45,33%
Ocupados na Industria de Transformação	9,4%	15,13%
Ocupados nos Setores de Serviços Industriais de Utilidade Pública	0,86%	0,58%
Ocupados no Setor de Comércio	4,99%	7,87%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Elaboração: Sabrina Muller.

Os dados da Tabela 2 e do Quadro 3 revelam o que as imagens acima esconderam: o quanto Gaurama, assim como muitas outras cidades que compõe o Alto Uruguai Gaúcho são agrários. Embora presente, nas duas primeiras décadas do século XX, um aumento na população urbana de 12% e 13%, respectivamente, o município possuía uma população rural maior do que a urbana. Essa é uma tendência no norte do Rio Grande do Sul; a partir dos anos 2000 o campo se maquinizou e muitas famílias sem condições de se adequar ao novo sistema de produção dirigiram-se para os centros. No entanto, por serem municípios funcionalmente agrários, possuem maior população rural. O gradativo e lento fluxo de êxodo rural, ainda assim, teve e continua tendo grande influência na malha urbana de Gaurama, sobretudo no que tange a criação de áreas de habitações.

Mapa 9 – Tendência da Ocupação e Expansão em Barro. Em rosa, a sexta área de ocupação, 2000-2017.



Fonte: Google Maps. Elaboração: Sabrina Muller.

O mapa acima (Mapa 9) esboça as ideias que desenvolvemos ao longo desse subcapítulo, revelando em rosa a sexta área de ocupação e expansão urbana no povoado Barro. Destacado em um círculo em vermelho as áreas destinadas aos loteamentos habitacionais e em verde a região destinada ao novo distrito industrial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscamos compreender a formação e transformação do espaço de Gaurama ao longo do século XX e primeiras décadas do século XXI, tendo como fonte de pesquisa a fotografia.

Amparados por um aporte teórico metodológico acerca dos usos da fotografia e de seu exercício como documento de pesquisa, compreendemos que a fotografia contribuiu muito na preservação da memória urbana de muitas cidades. Apesar de ser um produto que cristaliza a cena no tempo e no espaço, a imagem nunca é uma representação fidedigna da realidade. Foi justamente o arbítrio do fotógrafo, o pedido do seu cliente, os ângulos, recorrências e falhas, que nos possibilitaram constatar que, em primeiro lugar, o espaço urbano de Gaurama teve duas centralidades.

De 1910, quando ainda era povoado da Colônia Erechim, até a década de 1960 a Rua Dr. Mayer (atual rua José Sponchiado) foi palco central do povoado/município. Em sua extensão se concentraram a prefeitura, o cartório, o hospital e o colégio. A prefeitura se instalou no subsolo da igreja São Luiz Gonzaga e lá permaneceu até a década de 1960. O hospital e colégio foram resultados de uma coligação iniciada em 1920 entre a Companhia Colonizadora Luce Rosa e a Congregação das Irmãs Franciscanas. Enquanto a primeira cedia o terreno e o edifício, a segunda prestava o serviço de ensino e saúde para a comunidade.

Além disso, foi nessa via que o primeiro sistema motorizado de iluminação foi instalado. A Usina de Força e Luz Barrense foi montada em 1934 se tornando mais um elemento característico da centralidade nesse espaço.

Já a partir da década de 1960 a sede da prefeitura transferiu-se para outro prédio (antiga residência de João Vendrúsculo) mas, só em 1976, quando ela é definitivamente implantada na Rua João Amandio Sperb (atual localização) é que a centralidade foi redefinida. A Rua Dr. Mayer deixou de receber eventos de ordem oficial e desfiles cívicos, ocorrendo esses no largo da prefeitura.

Contrariamente do que pensávamos, em Gaurama a estação férrea só foi símbolo da centralidade a partir de 1970. O governo na figura do poder administrativo marcou os espaços centrais por ser um órgão de gestão pública com reuniões de várias espécies. Gaurama é um município moderno por natureza, tendo em conta o fato de ter iniciado o povoamento pós 1900. Ainda assim, suas centralidades marcadas, principalmente, pela efígie política lembram muito as Ágoras gregas: “[...] grande praça aberta, reservada para funções públicas. Um grande número de cidadãos podia encontrar-se para uma variedade de atividades, assembleias,

eleições, festivais, competições atléticas, desfiles, mercados e similares (CAMP, 1986, p. 01). Essa justaposição temporal, revela quanto tendências culturais, políticas e, porque não, urbanísticas se perpetuam nas sociedades ao longo dos séculos. Por essa razão, mais uma vez acreditamos que nada tocado pela mão do homem é neutro ou único, mas uma mistura de signos instrutivos que se transformam e miscigenam ao longo do tempo.

Outra manifestação que tivemos na pesquisa está relacionada à quanto a proximidade administrativa corroborou para o desenvolvimento urbano de Gaurama. De 1919 até 1954 o atual município era um distrito de Erechim; o que fazia dele um território subordinado às decisões políticas da Sede. Nesse período Erechim tinha uma área muito extensa para aplicar verbas de infraestrutura urbana, por exemplo, não atendendo totalmente aos serviços básicos de cada povoado. Em Gaurama as estradas não eram pavimentadas, tampouco haviam sistemas de esgoto; a população era abastecida por fontes distribuídas ao longo da área urbana; e a iluminação era precária.

O panorama foi se alterando gradativamente quando ocorre a emancipação em 1954. A partir dessa data a administração passou a se dar na esfera local, havendo uma ligação direta entre a municipalidade e o estado ou a União, facilitando o alcance de verbas e a melhor aplicação delas no município.

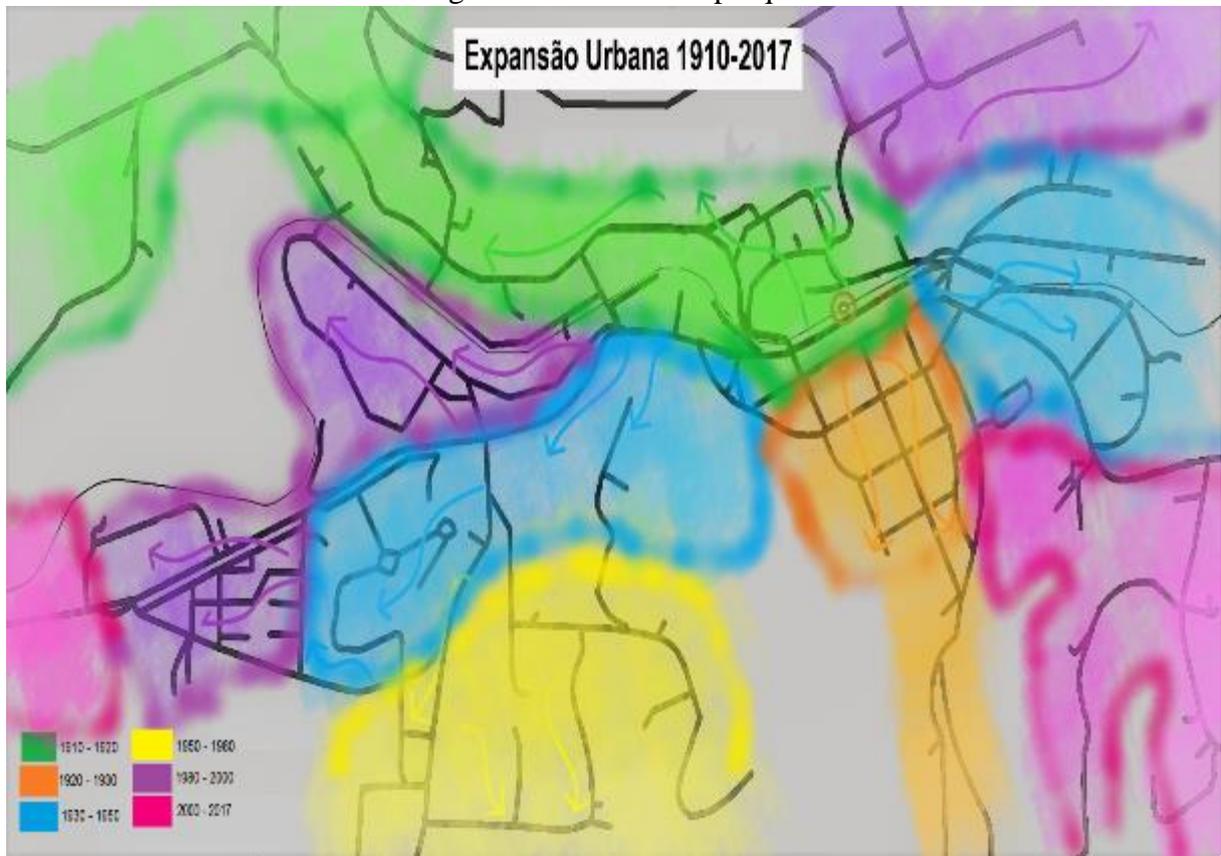
Podemos afirmar que dentro da morfologia urbana de Gaurama o auge da urbanização – incluindo nesse processo expansão urbana e planejamento/execução de leis intra urbanas – foi no período de 1930 até 2017. Antes da década de 1930 o espaço urbano foi pouco dilatado, concentrando na Rua Dr. Mayer, no entorno da estação férrea e na Rua 13 de Maio. No âmbito legislativo, conforme já mencionado, foi a partir da década de 1950 que as ruas passaram por processos contínuos de pavimentação e iluminação; foram constituídos projetos residenciais para atender ao fluxo de entrada de colonos advindos do êxodo rural; também foi criado o distrito industrial, etc.

Neste trabalho percebemos que a morfologia urbana de Gaurama – município moderno apesar de pequeno – foi, sim, influenciada pela economia ora pautada na extração da madeira ora nas indústrias de carne, mas foi, principalmente e constantemente induzida pela administração. Nos primeiros anos de colonização houveram duas esferas de logística do solo: a privada e a pública; cada qual parcelando a terra e comercializando-a conforme suas premissas. Mais tarde, quando o recinto de poucas moradias se torna distrito e tem a área urbana definida, passa a ser regida por Erechim; prevalecendo aí uma administração pública distante.

E, após a segunda metade do século XX, por fim, se implanta o governo público local, nos termos da história, micro, mas que mais impulsionou a urbanização de Gaurama.

O esboço a seguir (Mapa 4) condensa a tendência de expansão urbana para cada época, de acordo com o que revelaram as fotografias utilizadas neste trabalho. Além disso, as franjas periféricas, cujas áreas não estão pintadas no mapa, também são apontadas; não se tratam de locais esquecidos/ não frequentados, mas de regiões onde o relevo do solo dificultou a instalação de uma malha habitacional ou industrial. Atualmente (2020) esses recintos servem de áreas verdes ou de pequenas plantações de milho, erva mate ou eucalipto.

Mapa 10 – Tendência de expansão urbana em Barro/Gaurama (1910-2017) de acordo com as fotografias utilizadas na pesquisa.



Fonte: Google Maps. Elaboração: Sabrina Muller.

Em verde está a primeira área de ocupação e expansão urbana do povoado Barro que compreende de 1910 a 1920. Essa região envolve o entorno da estação férrea e a rua Dr. Mayer; a segunda de propriedade e responsabilidade colonizadora da Empresa Luce Rosa & Cia. Ltda. De 1920 a 1930, marcado no mapa em alaranjado, ocorreu o processo de expansão ao sul da estação férrea na então Rua 13 de Maio. Esse processo de ocupação se deu em decorrência do desmatamento que originou áreas de plantações e ruas com habitações e comércios (bodegas).

Em azul se estende a área de dilatação urbana no povoado Barro de 1930 até 1950. Se tratam de regiões onde se instalaram as duas maiores indústrias da época: Frigorífico Ipiranga e Cooperativa Mixta Santa Isabel. Em amarelo está o local onde se desenvolveu o primeiro loteamento popular entre 1950 e 1980; sendo subsequente nas décadas de 1980 e 2000 a incorporação de novas áreas habitacionais em roxo junto do novo distrito industrial. Por fim, a área demarcada em rosa dá conta das últimas expansões urbanas no município entre 2000 e 2017. Nesses recintos, foram instalados loteamentos e ampliado o distrito industrial de Gaurama.

REFERÊNCIAS

- AMBONI, Vanderlei. Cidades Medievais: base ontológica da formação burguesa. **VI Jornada de Estudos Antigos e Medievais**. Maringá, PR: 2007.
- ARAÚJO, Karina Anhezini de. **Um metódico à brasileira: A História da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)**.
- BAIARDI, Amilcar. Mudanças Técnicas na Agricultura Medieval e o Processo de Transição para o Capitalismo. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. v.14. n.3. Brasília, 1997. p. 449-464.
- BARTHES, Roland. **A Mensagem Fotográfica**. Trad. César Blom. Laboratório de Ensino Leonardo da Vinci: desenho, linguagem visual e comunicação. UERJ: LEDEN. Disponível em:<http://www.leden.urj.br/?page_id=277>. Acesso em: 18 out. 2019.
- BARTHES, Roland. **A câmara clara**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.
- BAUDELAIRE, Charles. O Público Moderno e a Fotografia. In: ENTLER, R. **Retrato de Uma Face Velada: Baudelaire e a fotografia**. Revista FACOM. n. 17. São Paulo: Faculdade de Comunicação da FAAP, 2007.
- BAUDELAIRE, Charles. **Sobre a Modernidade: pintor da vida moderna**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- BEAUD, Michel. A Irresistível Ascensão do Capitalismo Industrial (1800 – 1870). In: _____. **História do Capitalismo de 1500 aos Nossos Dias**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 122–192.
- BELLANI, Eli. Maria. **Madeira, Balsas e Balseiros no Rio Uruguai: o processo de colonização do Velho Município de Chapecó – 1917/1950**. Chapecó – SC: Editora Grifos/UNOESC, 1996.
- BRESCIANI, Maria. Stella. Martins. **Londres e Paris no Século XIX: o espetáculo da pobreza**. 7.ed. São Paulo: 1992.
- BRILL, Alice. A função da fotografia na arte contemporânea. In: _____. **Da arte da linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 1988, p. 93-110.
- BUENO, Thaísa. Álbum de Família: a criação de uma crônica particular. **Revista Estudos Linguísticos**. n.3. Araraquara: setembro-dezembro, 2007. p. 348-356. Disponível em:<<http://www.gel.hospedagemdesites.ws/estudos-linguisticos/edicoes.php?/estudos-linguisticos/edicoes.php>>. Acesso em: 23 nov. 2019.
- CAMP, John. Mck. A Ágora Ateniense: escavações no coração da Atenas. Tradução de Gisele A. D. F. Arrunátegui. **LABECA**, São Paulo, jan. 2010. Disponível em:<http://labeca.mae.usp.br/media/pdf/traducoes/camp_a_agora_ateniense.pdf>. Acesso em: 28 set. 2020.
- CANABARRO, Ivo. **Fotografia, história e cultura fotográfica: aproximações**. Estudos Ibero-Americanos, v.31, n.2. Porto Alegre: 2005, p.23-39.

CARON, Márcia dos Santos. **Mapear, demarcar, vender...** A ação da Empresa Colonização Luce Rosa & Cia Ltda. No Alto Uruguai gaúcho – 1915/1930. 2009. 168 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2009.

CARVALHO, Carlos. Delgado de. **História da Cidade do Rio de Janeiro**. 2.ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1990. Disponível em:<https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204210/4101378/historia_cidade_rio_janeiro.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2020.

CATALDI, Giancarlo; MAFFEI, Gian. Luigi; VACARRO, Paolo. Saverio Muratori e a Escola Italiana de Tipologia Projetual. **Revista de Morfologia Urbana**. v. 2 n.1. Portugal, 2014. p. 25-36.

CHARLOT, Monica; MARX, Roland. **Londres, 1851-1901: a era vitoriana ou o triunfo das desigualdades**. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática S.A, 1989.

CUSTÓDIO, Vanderli. Dos surtos urbanísticos do final do século XIX ao uso das várzeas pelo Plano de Avenidas. *Revista Geosul*. v.19. n.38. Florianópolis, SC, 2004. p.77-98. Disponível em:<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article.download>>. Acesso em: 23 nov. 2019.

ENGELS, Friederich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

FABRIS, Annateresa. A fotografia e o sistema de artes plásticas. In: ____, Org. **Fotografia: usos e funções no século XIX**. São Paulo: Edusp, 1991, p.173-198.

FABRIS, Annateresa. O circuito social da fotografia: estudo de caso. In: ____, Org. **Fotografia: usos e funções no século XIX**. São Paulo: Edusp, 1991, p.39-57. Disponível em:<https://books.google.com.br/books?id=84ERMEgyezoC&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 15 nov. 2019.

GAURAMA. Lei nº 14, de 25 de maio de 1955. Regula o trânsito de veículos nas estradas da municipalidade. **Livro de Atas: seção 1**, Gaurama, RS, 1955.

HEINSFELD, Adelar. As Ferrovias: na ordem positivista, o progresso corre pelos trilhos. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. **República Velha (1889-1930)**, v.3, t.1, Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 273-303.

HERCE, Manuel. **O Negócio da Cidade: evolução e perspectivas da cidade contemporânea**. Trad. Salvador Antonio Bernardino Pane Baruja. 1.ed. Rio de Janeiro: Inverde, 2015. Disponível em:<https://books.google.com.br/books?id=cPLqCgAAQBAJ&pg=PA83&lpg=PA83&dq=Prefeito+Rambuteau+Paris&source=bl&ots=pFgCo8ZDTi&sig=ACfU3U0zCXxK1kNTxzfA-3_zLzr-M93oQ&hl=pt-PT&sa=X&ved=2ahUKEwjtvLjf6_LnAhUdJLkGHc5kC8oQ6AEwAnoECBIQAQ#v=onepage&q=Prefeito%20Rambuteau%20Paris&f=false>. Acesso em: 27 fev. 2020.

HISTÓRICO de Gaurama. Erechim, RS: CESE, 1988.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **O minidicionário da língua portuguesa**. ed.4. Rio de Janeiro: Nova Fronteria, 2001.

JABLONSKI, Ervino. **Ervino Jablonski**: depoimento. Entrevistadora: Sabrina Muller. Gaurama, 2020.

KANT. I. Resposta à pergunta: “O que é o Iluminismo?”. Trad. Artur Morão. **LusoSofia**: Universidade da Beira Interior. Disponível em:< http://www.lusosofia.net/autores_textos.php>. Acesso em: 21 out. 2019.

KERBER, Aline. Asturian. A Ferrovia no Norte do Rio Grande do Sul: uma história do trecho Passo Fundo – Marcelino Ramos/RS (1957-1997). **Dissertação de Mestrado** Pós-Graduação em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2017. 175.p.

KOSSOY, Boris. Militão Augusto de Azevedo e a Documentação Fotográfica de São Paulo (1862-1887): recuperação da cena paulistana através da fotografia. **Tese apresentada à Faculdade Escola de Sociologia e Política de São Paulo**. São Paulo, 1978. p.121.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ática, 1989.

KOSSOY, Boris. **Hercule Florence**: a descoberta isolada da fotografia no Brasil. 3.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

KUBRUSLY, Cláudio Araújo. **O que é fotografia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. Disponível em:< https://books.google.com/books/about/O_que_%C3%A9_fotografia.html?id=VmkvDwAAQBAJ>. Acesso em: 20 set. 2019.

LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **A Revolução Urbana**. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

LE GOFF, Jacques. **O Apogeu da Cidade Medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LEITE, Maria Moreira. **Retratos de Família**: leituras da fotografia histórica. 3.ed. São Paulo: EdUSP, 2001. Disponível em:< https://books.google.com.br/books?id=e_JMnL0dey8C&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 23 nov. 2019.

LIMA, M.R.N. A Fotografia como Instrumento da Documentação e Preservação da Memória: arte e sobrevivência no Alto Vale do Ribeira. **Dissertação apresentada ao curso de Comunicação e Simiótica**. Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 2007.

LIMA, Solange Ferraz. **Espaços Projetados**: as representações da cidade de São Paulo nos álbuns fotográficos do início do século. Acervo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993. p.99-100.

LOMBARD, Maurice. A Evolução Durante a Alta Idade Média. **Revista de História**. n.23. São Paulo, 1995. Disponível em:< <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/36466/39189>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

LUIZ, Vânia Vidal. Fórum de Verdade e Ficção: a crônica de Giovanni Villani na Florença Medieval. **Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História Social**. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

MICHELON, Francisca Ferreira. A Fotografia: um click nos tempos modernos. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. **História do Rio Grande do Sul: República Velha (1889-1930)**. V.3. Passo Fundo: Méritos, 2007. p.409-443.

MUSEU Municipal Irmã Celina Schardong. **Coleção de Vistas Urbanas 1910-2017**. 20 fotografias, 2020.

NASCIMENTO, Luciana, Marino do. De Vitrines e Multidões: o nascimento do espaço urbano moderno. **Revista Temas & Matizes**, Nº 8. Cascavel, PR, 2005. p. 63-70. Disponível em:<www.unioeste.br/saber>. Acessado em: 07 de março de 2020.

NEWHALL, Beaumont. **La História de la Fotografía**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, AS. 2002. Disponível em:< https://monoskop.org/images/8/8c/Newhall_Beaumont_Historia_de_la_fotografia.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2019.

OLIVEIRA, Vítor. AS Origens da Morfologia Urbana e a Geografia Alemã. **Revista de Morfologia Urbana**. Portugal, 2014. p. 37-46.

PINHEIRO, Eloísa Pettit. Haussmannização ou haussmannizações? In: _____. **Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)**. 2.ed. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 67-87.

PEIRCE, C.S. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2005. 20

PEREIRA, Adriana, Maria, Pinheiro, Martins. A Cultura Amadora na Virada do Século XIX: a fotografia de Alberto de Sampaio. (Petrópolis/Rio de Janeiro, 1888-1914). **Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas**. Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2010. Disponível em:< https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-29102010-094838/publico/2010_AdrianaMariaPinheiroMartinsPereira.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2020.

REGO, Renato. Leão; MENEGUETTI, Karin. Schwabe. A Respeito de Morfologia Urbana: tópicos básicos para estudos da forma da cidade. **Acta Scientarium Technology**. v.33. n.2. Maringá, 2011. p. 123-127.

ROCHA, Oswaldo, Porto. **A Era das Demolições: cidade do Rio de Janeiro 1870-1920**. Trad. Lia de Aquino Carvalho. 2.ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade?** 3.ed. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ROMANO, Elvira. **Elvira Romano: depoimento**. Entrevistadora Elisiane Gnovatto. Gaurama, 2020.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou Da Educação**. Trad. Sérgio Milliet. 3.ed. São Paulo: Difel, 1979.

SANTOS, Milton. O Espaço: sistemas de objetos, sistemas de ação. In: _____. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo; razão e emoção**. 4.ed. São Paulo: Editora da USP, 2006.

SANTOS, Milton. A Urbanização Pretérita. In: _____. **A Urbanização Brasileira**. 5.ed. São Paulo: EdUSP, 2008. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/A_urbaniza%C3%A7%C3%A3o_brasileira.html?id=cOHkKZgOtwUC&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 25 marc. 2020.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Dicionário de conceitos históricos. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SOUZA, J. B. D. Reflexões sobre a fotografia e arte: um olhar sobre fotoformas e sobras de Geraldo de Barros. Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Comunicação Social da UFRGS. Porto Alegre, 2010. Disponível

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988.

TEDESCO, João. Carlos; WENTZ, Liliane. I. M. A Economia e a Indústria da Madeira. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. **República Velha (1889-1930)**, v.3, t.1, Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 335-375.

TRISTÁN, Flora. **Paseos en Londres**. Biblioteca Virtual Universal, 2003. Disponível em: <https://biblioteca.org.ar/libros/89975.pdf&ved=2ahUKEwip79atq9znAhVNKLkGHSTcDPYQFjACegQICBAB&usg=AOvVaw060Ew7V_2ec2cbaWtoQGp->>. Acesso em: 18 fev. 2020.

WHITEHAND, J. W. R. Morfologia Urbana Britânica: a tradição Conzeniana. **Revista de Morfologia Urbana**. v.1.Portugal, 2013. p. 45-52.

WOLFF, Gladis Helena. **Trilhos de ferro, trilhas de Barro**: a ferrovia no norte do Rio Grande do Sul – Gaurama (1910-1954). Passo Fundo: Ed.UPF, 2005.

